

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	27
2.5 Medições não contábeis	30
2.6 Eventos subsequentes as DFs	32
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	48
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	49
5.2 Descrição dos controles internos	57
5.3 Programa de integridade	59
5.4 Alterações significativas	63
5.5 Outras informações relevantes	65

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Comentários dos diretores sobre:

As informações financeiras da Companhia, incluídas neste item, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas auditadas, exceto quando expressamente ressalvadas. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão em conformidade com a *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As declarações apresentadas nesta seção do Formulário de Referência refletem a visão dos Diretores da Oi em relação à performance da Companhia, de forma a permitir aos investidores uma interpretação dos resultados pela ótica da diretoria. A seção aborda também declarações prospectivas, que incluem crenças e expectativas. Tais declarações estão sujeitas a muitos riscos e incertezas e, portanto, quaisquer mudanças em premissas ou fatores podem impactar os resultados, que, por sua vez, podem diferir materialmente das expectativas aqui colocadas. Dessa forma, recomendamos, o acompanhamento das divulgações adicionais feitas pela Oi sobre os assuntos aqui relacionados, consultando as informações que a Companhia venha a apresentar à CVM. Adicionalmente, as informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Contexto sobre potenciais mudanças materiais relacionadas à situação financeira e patrimonial da Oi

O ano de 2023 marcou o primeiro exercício completo da Nova Oi, a operação resultante após as alienações das UPIs Ativos Móveis e InfraCo e consequente mudança no modelo operacional na fibra. Ao longo do ano, a Companhia deu continuidade à execução das ações que visam assegurar a sua viabilidade de longo prazo, pautadas em três pilares fundamentais: (i) melhoria da performance operacional, com aceleração das receitas *core* e adequação da estrutura organizacional, (ii) equacionamento da situação regulatória da concessão do STFC e (iii) a reestruturação de suas obrigações futuras, em especial da dívida financeira. Os Diretores da Oi entendem ser necessário fazer uma abertura deste item com uma breve recapitulação a respeito dos dois últimos temas¹, em função da materialidade destes tópicos e os acontecimentos mais recentes relacionados a eles.

Em relação à situação do STFC, o perfil deficitário da operação legada, decorrente da queda acelerada das receitas deste segmento combinada à rigidez regulatória acerca das obrigações previstas no contrato de concessão, tonaram inviáveis a manutenção da estrutura de custos desta unidade de negócios. Desta forma, as discussões a respeito de uma compensação pelo desequilíbrio econômico-financeiro e insustentabilidade da concessão ao longo dos anos de

¹ Os comentários sobre a evolução operacional podem ser analisados no item 2.1.h.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

prestação do serviço foram formalizadas através de um procedimento arbitral em face da Anatel, iniciado pela Companhia ao final de 2020, assim como as negociações para a busca de uma adaptação do regime de prestação para um modelo de autorização. E, desde então, a Oi veio trabalhando fortemente nesta frente.

A Companhia obteve sucesso na admissão de uma negociação no âmbito do grupo SecexConsenso (Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos) do TCU, para viabilizar um acordo relativo à migração de sua outorga de telefonia fixa para autorização. Após as discussões iniciadas em outubro tivemos um avanço significativo esta semana. O grupo atuando na SecexConsenso concluiu a fase de negociação de uma solução consensual que busca viabilizar o endereçamento dos pilares mais relevantes do seu Plano. O acordo depende de ratificação de seus termos no menor espaço de tempo possível, atendendo a premissas de governança de cada parte envolvida. A Oi espera a migração da concessão do STFC para um modelo de autorização, a manutenção do serviço em áreas em que não houver alternativa de voz, por prazo definido, com garantias a serem concedidas e compromissos adicionais, conforme a regulamentação de adaptação. Além disso, é esperada a retomada do procedimento arbitral, além do diferimento do pagamento da Repactuação de multas da Anatel até a decisão arbitral. A solução definitiva para a questão regulatória viabilizará a execução de um plano audacioso de redução de custos, com eficiências potenciais relevantes e redução de restrições regulatórias sobre a venda ou oneração de ativos imobiliários.

No que diz respeito ao processo de reestruturação das obrigações futuras da Companhia, diversos marcos foram conquistados até 2022, culminando com a conclusão da primeira Recuperação Judicial da Oi, em dezembro de 2022. No entanto, para continuidade do seu processo de soerguimento, ainda seriam necessárias ações adicionais que garantissem a sua viabilidade de longo prazo, sobretudo em função de uma conjunção de fatores externos, amplamente sinalizados ao mercado², que impactaram o ritmo de melhora no perfil de endividamento da Oi, levando assim a condições financeiras e patrimoniais desafiadoras.

Com o objetivo de alcançar uma melhora abrangente, e definitiva, de seu balanço patrimonial e proporcionar valor no longo prazo a todos os seus *stakeholders*, a Companhia contratou a Moelis & Company, em outubro de 2022, para auxiliá-la em tratativas com os credores com vistas a otimizar o seu perfil de endividamento. Neste sentido, o ano de 2023 foi marcado por intensas discussões envolvendo diferentes frentes de negociações, com o objetivo de reduzir o endividamento da Oi e obter um equilíbrio entre a sua capacidade de geração de caixa e o seu fluxo de vencimentos de obrigações futuras, especialmente no que diz respeito ao pagamento de dívidas, alavancando-se para tanto em seus ativos.

Desde então, a Companhia celebrou acordos de confidencialidade com alguns credores e divulgou determinadas informações relevantes e não públicas no contexto de uma potencial renegociação. Ao final do período de confidencialidade previsto nos acordos celebrados, estas informações, que seriam as bases de um pré-acordo com esses credores, foram divulgadas ao mercado por meio

²Tudo este contexto pode ser consultado no Plano de Recuperação Judicial apresentado pela Companhia, em 05 de fevereiro de 2024, disponível no site de Relações com Investidores (www.oi.com.br/ri) ou no site da Recuperação Judicial (<https://recjud.com.br>) da Oi.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de Fatos Relevantes em 31 de dezembro de 2022, 02 de março de 2023, 21 de abril de 2023, 06 de fevereiro de 2024 e 13 de março de 2024.

Em março de 2023, em conjunto com suas subsidiárias Portugal Telecom International Finance B.V. – Em Recuperação Judicial e Oi Brasil Holdings Coöperatief U.A. - Em Recuperação Judicial, a Oi ajuizou um novo pedido de recuperação judicial, deferido no mesmo mês, como forma de assegurar a continuidade de suas operações e das negociações em andamento, uma vez que os termos discutidos e apresentados aos credores até então não haviam resultado em um acordo definitivo.

Os Diretores da Oi reforçam que as longas e sucessivas negociações ao longo do ano culminaram em eventos relevantes que asseguraram a continuidade das atividades e permitiram a evolução das tratativas com seus principais credores. Neste sentido, os Diretores destacam (i) a conclusão da venda dos sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa, (ii) a celebração do instrumento de cessão onerosa de sucata, para compensação de até 72% das obrigações de pagamento da Companhia, no âmbito do contrato LTLA celebrado com a Globenet em 2013, (iii) a conclusão do acordo sobre o ajuste de preço pós-fechamento da UPI Ativos Móveis, (iv) o recebimento de duas tranches de um financiamento DIP emergencial, sendo a última concluída em janeiro de 2024, garantindo a liquidez necessária para suportar as necessidades de capital de giro da operação, e (v) a contratação de assessores financeiros para traçar alternativas estratégicas que envolvam a monetização da Oi Fibra (ClientCo).

No dia 06 de fevereiro de 2024, a Companhia divulgou uma proposta atualizada de plano de recuperação judicial que trouxe novos termos e condições, em relação à primeira versão protocolada em 19 maio de 2023. Esta proposta refletiu discussões detalhadas sobre condições do plano que se desenrolaram ao longo de todo o ano de 2023, ainda que com pontos pendentes. A nova versão também incorporou mudanças no cenário interno da Companhia, relacionadas à sua performance operacional, que impactaram diretamente na sua capacidade de assumir os compromissos de pagamentos esperados pelos credores, tanto financeiros quanto não financeiros, bem como inviabilizaram a sua capacidade de atingir as demandas relacionadas às condições de garantias e taxas associadas. Essa proposta de plano seria submetida à votação na Assembleia Geral de Credores de 05 de março de 2023. No entanto, em razão do requerimento apresentado pela Anatel, e conforme determinado pelo Juízo da Recuperação Judicial, os credores votaram e aprovaram a suspensão desta assembleia até uma nova data de realização, em 25 de março de 2024, com a prorrogação do *stay period* até sua conclusão.

Durante o período entre as assembleias, a Companhia manteve-se ativa nas negociações com credores, chegando em um acordo sobre termos e condições comerciais do Plano de Recuperação Judicial, acertados com um grupo de credores financeiros e fornecedores *take-or-pay*, durante a Assembleia Geral de Credores (AGC), em 25 de março de 2024 e ao longo de sua continuação no dia seguinte. Dessa forma, em 26 de março de 2024, foi realizada a apresentação destes termos aos credores presentes³. Para formalização dos documentos acessórios ao Plano de

³ As informações sobre os termos e condições apresentados em AGC e que suportam o acordo mencionado foram objeto de Fato Relevante, em 27 de março de 2024, e encontram-se disponíveis no site de Relações com Investidores (www.oi.com.br/ri) ou no site da Recuperação Judicial (<https://recjud.com.br>) da Oi.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Recuperação Judicial, e posterior apreciação do mesmo em AGC, foi proposta e aprovada pela maioria dos créditos presentes uma suspensão da AGC e prorrogação do *stay period*, até 10 de abril de 2024. Após sucessivas suspensões, com prorrogações do *stay period*, decorrentes de deliberações favoráveis da maioria dos credores integrantes do quórum de votação, para suspender as ações e execuções contra as Requerentes no período, na forma do art. 6º da LRF, a aprovação do Novo PRJ, ocorreu no dia 19 de abril de 2024 e foi homologado em 28 de maio desse mesmo ano, tendo a respectiva decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 29 de maio de 2024.

Neste sentido, esclarecemos que os fatores apresentados neste item do Formulário de Referência ainda não refletem os impactos quantitativos decorrentes dos fatos informados acima. Dessa forma, recomendamos que as informações e indicadores aqui apresentados sejam analisadas em conjunto com o contexto exposto anteriormente.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Endividamento e Índices de Liquidez

Em milhões de Reais	2023	2022	Variação % (A/A)
Ativo circulante	7.776	9.551	-18,6%
Passivo circulante	14.285	10.185	40,3%
Liquidez corrente	0,54	0,94	-41,9%
Ativo total	26.124	29.616	-11,8%
Passivo circulante + não circulante	53.407	51.462	3,8%
Passivo a descoberto (PL)	(27.283)	(21.846)	24,9%
Liquidez geral	0,49	0,58	-15,0%
Nível de endividamento	204,4%	173,8%	30,7pp
Caixa e equivalentes de caixa¹	2.194	3.223	-31,9%
EBITDA de rotina²	(71)	2.204	-103,2%

Nota: (1) Inclui aplicações financeiras de curto e longo prazo; (2) Visão gerencial, excluindo efeitos não rotina decorrentes da conclusão das alienações de UPIs de ativos, vendas de imóveis, rescisões relacionadas ao processo de adequação operacional e *impairment de ativos* relativos, principalmente, aos serviços legados. Inclui operações internacionais.

Os Diretores da Oi reforçam que a Companhia ainda está trabalhando na implementação das ações que visam assegurar a sua viabilidade de longo prazo, como colocado na abertura do item 2.1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No último ano, a redução do ativo circulante é decorrente (i) da redução da posição em caixa e equivalentes, dada a aplicação dos recursos provenientes das vendas de UPIs e do financiamento DIP, no financiamento das necessidades de capital de giro, especialmente às atividades de manutenção relacionadas aos serviços legados, e (ii) da redução da base de ativos classificados como mantidos para venda, com a conclusão da alienação dos sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa. O crescimento do passivo circulante está relacionado ao processo de Recuperação Judicial da Companhia, deferido em março de 2023, uma vez que os créditos de fornecedores e de empréstimos e financiamentos, anteriores ao pedido de Recuperação Judicial, serão pagos na forma do Plano de Recuperação Judicial a ser votado pelos credores. Além dos efeitos da Recuperação Judicial e do *accrual* de juros dos empréstimos e financiamentos, o aumento do endividamento também foi uma consequência do financiamento DIP recebido em junho de 2023. Por fim, os principais efeitos que impactaram o Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto) decorrem do resultado das operações e de financiamentos do período e são detalhados na seção 2.1.h sobre as Demonstrações de Resultado.

b. estrutura de capital

Estrutura de Capital

Em milhões de Reais	2023	% passivo total	2022	% passivo total	Variação % (A/A)
Passivo a descoberto (PL)	(27.283)	-104%	(21.846)	-74%	24,9%
Capital de terceiros	53.407	205%	51.462	174%	3,8%
Curto prazo ¹	14.285	55%	10.185	34%	40,3%
Longo prazo ²	39.122	150%	41.277	139%	-5,2%
Passivo total e patrimônio líquido	26.124	100%	29.616	100%	-11,8%

Nota: (1) Passivo circulante; (2) Passivo não circulante.

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$32.538.937.370,00, representado por 660.303.745 ações, sendo 644.531.021 ações ordinárias e 15.772.724 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

Em complemento às informações do subitem anterior, como consequência do Plano de Recuperação Judicial a ser votado em 10 de abril de 24, os Diretores da Oi esperam uma mudança material em relação à nova composição de capital da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Evidenciamos ainda que, em regra, as ações preferenciais não possuem direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votam em conjunto com as ações ordinárias.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Endividamento e Serviço da Dívida

Em milhões de Reais	2023	2022	Variação % (A/A)
Dívida bruta (valor de face)	36.586	34.963	4,6%
Dívida bruta (valor justo)	25.486	22.302	14,3%
Dívida bruta de curto prazo (valor justo)	4.617	1.624	184,3%
Dívida bruta de longo prazo (valor justo)	20.870	20.679	0,9%
Serviço da dívida ¹	49	1.288	-96,2%
Caixa e equivalentes de caixa ²	2.194	3.223	-31,9%
Dívida líquida (valor de face)	34.392	31.740	8,4%
Dívida líquida (valor justo)	23.292	19.079	22,1%
EBITDA de rotina	(71)	2.204	-103,2%
EBITDA de rotina/Serviço da dívida	(1,4x)	1,7x	-184,5%
Dívida líquida/EBITDA de rotina	(330,3x)	8,7x	-3915,2%

Nota: (1) Serviço da dívida: somatório dos juros da dívida total pagos nos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos. Estão excluídas deste cálculo as variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa e, por fim, as despesas oriundas de provisões (que não tiveram impacto no fluxo de caixa, mas apenas registro contábil); (2) Inclui aplicações financeiras de curto e longo prazo.

Como comentado anteriormente, os Diretores da Oi esclarecem que a Companhia se encontra em um processo de transição, visando equilibrar sua geração operacional e seus compromissos financeiros. Dessa forma, a interpretação dos índices aqui apresentados leva a mesma conclusão já esclarecida no item 2.1.a.

Tanto a relação EBITDA de Rotina/Serviço da Dívida quanto a Dívida Líquida/EBITDA de Rotina encerraram o ano com valores negativos, em função do consumo da operação registrado no ano, detalhados na seção 2.1.h sobre as Demonstrações de Resultado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Os principais recursos para financiar as atividades da Companhia no último exercício social foram aqueles provenientes das vendas de ativos (resultado da arbitragem de parte do preço de venda da UPI Ativos Móveis, imóveis e demais ativos detalhados no item 2.4.c) e do financiamento DIP, desembolsado por um grupo de credores no contexto das negociações para reestruturação das dívidas, em junho de 2023.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

No contexto do processo de Recuperação Judicial, as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar, para eventuais coberturas de deficiências de liquidez, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005, devidamente alterada pela Lei 14.112/2020, e demais leis a que está sujeita a Companhia, são:

- Vendas de ativos
- Empréstimos de curto e longo prazos
- Emissão de títulos de dívida nos mercados de capitais nacional e internacional

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas.

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
Senior notes em moeda estrangeira	9.370	9.084	286	3,1%
Senior Secured Superpriority Post-Petition Notes (financiamento DIP) ¹	1.053	-	1.053	n.m.
Debêntures públicas	9.109	8.258	851	10,3%
Instituição Financeira em moeda nacional (Outros)	2.619	2.379	240	10,1%
Instituição Financeira em moeda estrangeira	8.672	9.179	(507)	-5,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos por natureza

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
Financiamento multilateral em moeda estrangeira	548	557	(9)	-1,6%
Oferta geral em moeda nacional	214	208	6	2,9%
Oferta geral em moeda estrangeira	5.034	5.307	(273)	-5,1%
Subtotal	36.620	34.973	1.648	4,7%
Custo de transação incorrido	(35)	(10)	(25)	265,0%
Desconto das dívidas ¹	(11.099)	(12.661)	1.562	-12,3%
Total	25.486	22.302	3.184	14,3%
Circulante	4.617	1.624	2.993	184,3%
Não circulante	20.870	20.679	191	0,9%

Nota: n.m. = não mensurado; (1) O cálculo considera os fluxos contratuais previstos no PRJ, descontados por taxas que variam entre 12,6% a.a. e 16,4% a.a. a depender das respectivas maturidades e moeda de cada instrumento e saldo em derivativos.

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
EURO	876	779	97	12,5%
Dólar Norte-Americano	16.105	14.412	1.693	11,7%
Reais	8.505	7.112	1.393	19,6%
Total	25.486	22.302	3.184	14,3%

Nota: exclui saldo em derivativos.

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
Taxa pré-fixada	15.625	13.974	1.651	11,8%
CDI	8.419	7.038	1.381	19,6%
TR	63	48	15	30,1%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outros	1.380	1.243	137	11,0%
Total	25.486	22.302	3.184	14,3%

Nota: exclui saldo em derivativos.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a dívida a valor justo era de R\$25,5 bilhões. O aumento anual da dívida foi decorrente (i) do *accrual* de juros das dívidas, no valor acumulado de R\$2,3 bilhões, (ii) do desembolso da primeira tranche do financiamento DIP, com impacto líquido de aproximadamente R\$1,0 bilhão no ano, e (iii) da amortização do ajuste a valor justo, no valor de R\$1,0 bilhão. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto positivo da variação cambial que reduziu a dívida anual em R\$1,1 bilhão.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Descrição	Moeda	Juros (a.a.)	Amortização	Pagamento de Juros
Senior Secured Superpriority Post-Petition Notes (financiamento DIP) ¹	USD	12,5% ²	dez/2024	Mensal (5,5% PIK ³ + 7% caixa)
Senior PIK Toggle Notes	USD	10%	jul/2025	Semestral
Senior Secured Notes		8,75%	jul/2026	
Debêntures públicas	R\$	80% CDI	ago/2023 a fev/2035	Semestral (5 anos PIK ³ , após caixa)
Instituição financeira (Bancos locais)				
Instituição financeira (Financiamento BRL)	R\$	2,43%	Fixado de acordo com contrato até nov/2026	Fixado de acordo com contrato até nov/2026
Moeda estrangeira	USD	1,75%	ago/2023 a fev/2035	Semestral (5 anos PIK ³ , após caixa)
Financiamento multilateral moeda estrangeira	USD	6%	ago/2024 a fev/2030	Semestral
Oferta geral (Moeda nacional)	R\$	TR	fev/2038 a fev/2042	Vencimento (PIK ³)
Oferta geral (Moeda estrangeira)	USD, EUR	0%		-

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Descrição	Moeda	Juros (a.a.)	Amortização	Pagamento de Juros
-----------	-------	--------------	-------------	--------------------

Nota: (1) As condições da primeira tranche do financiamento DIP, recebida em 07 de junho de 2023, incluíam um custo de 14% a.a. (6% PIK + 8% caixa) e vencimento em 15 meses. Com o aditamento do *Note Purchase Agreement* ("NPA"), celebrado no contexto do recebimento da terceira tranche, as condições de todo o montante *outstanding* foram alinhadas às da nova tranche. A segunda tranche, prevista no NPA original, não foi desembolsada. Para maiores detalhes, consultar os Fatos Relevantes de 21 de abril, 07 de junho e 20 de dezembro de 2023, bem como o de 6 de janeiro de 2024. (2) Remuneração inclui previsão de *fees* adicionais, como *ticking fee* a partir do sexto mês, contados do aditamento do NPA. Para maiores detalhes, consultar o item 12.7 disponível na última versão do Formulário de Referência de 2023. (3) Na modalidade PIK (*payment-in-kind*), os juros são pagos na forma de dívida adicional e seu montante é acrescido ao principal, seguindo a mesma data de vencimento.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

O financiamento extraconcursal, na modalidade *debtor in possession* (DIP), acordado em 21 de abril de 2023 e aditado em 11 de janeiro de 2024, conta com a garantia consubstanciada na alienação fiduciária de 95% das ações de emissão da V.tal – Rede Neutra de Telecomunicações S.A. ("V.tal"), de titularidade da Companhia, sendo tal dívida preferencial sobre as demais dívidas contraídas pela Companhia.

As *Senior Secured Notes* com vencimento em 2026 (Bond 2026), remanescentes após a oferta pública de aquisição de 20 de abril de 2022, equivalentes a 1,29% do total do principal emitido, permanecem com a estrutura de garantias do instrumento, representada por recebíveis da Companhia e de suas controladas, além de garantia fidejussória prestada pela Oi, sendo que todas serão exercidas somente na ocorrência de inadimplemento.

A Companhia possui ainda cessão fiduciária sobre o fluxo de recebíveis, incluindo um mecanismo de conta *escrow*, nos termos do acordo de investimentos com a V.tal, a partir da data de fechamento da operação, em 09 de junho de 2022.

Em eventual concurso universal de credores, as demais obrigações registradas no passivo exigível seguem a determinação na legislação em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

A Companhia não possui *covenants* financeiros em seus contratos de dívida. As demais limitações relacionadas à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

mobiliários e à alienação de controle societário devem ser analisadas no contexto do processo de Recuperação Judicial da Companhia, e seu Plano de Recuperação, e vem sendo cumpridas.

g. limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

As limitações a respeito de financiamentos a serem utilizados pela Oi são aquelas previstas no contexto de seu processo de Recuperação Judicial, de acordo com a Lei nº 11.101/2005, devidamente alterada pela Lei 14.112/2020, e demais leis a que está sujeita a Companhia, assim como de seu Plano de Recuperação Judicial.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações de Resultado

Os Diretores da Oi apresentam a seguir os componentes das demonstrações de resultado (DRE) e do fluxo de caixa, bem como suas variações percentuais em relação ao ano anterior e seus valores em relação à receita total (para DRE), destacando em suas análises as variações materiais.

Vale reforçar, como dito na seção de abertura deste item, que o ano de 2023 registrou o primeiro exercício completo após as alienações das UPIs Ativos Móveis e InfraCo, concluídas em abril de 2022 e junho de 2022, respectivamente, impactando, portanto, todas as comparações anuais.

Demonstrações de Resultado do Exercício

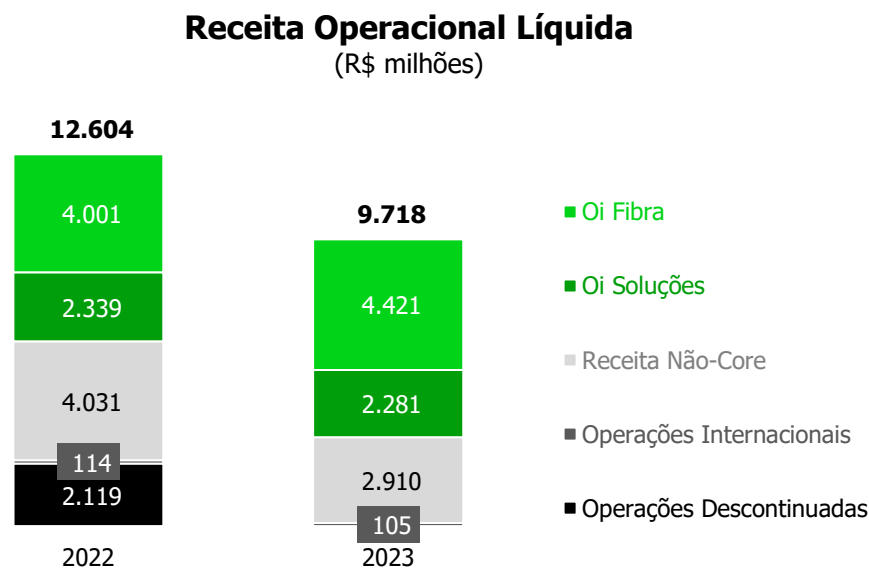
Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A		Análise Vertical (% Receita Oper. Continuadas + Descontinuadas)	
	2023	2022	R\$	%	2023	2022
Receita de vendas e/ou serviços	9.718	10.485	(768)	-7%	100%	83%
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(9.284)	(10.683)	1.399	-13%	-96%	-85%
Resultado bruto¹	434	(198)	632	-319%	4%	-2%
Receitas (despesas) operacionais	(2.239)	(18.067)	15.828	-88%	-23%	-143%
Despesas com vendas	(1.957)	(2.005)	48	-2%	-20%	-16%
Despesas gerais e administrativas	(1.671)	(1.951)	280	-14%	-17%	-15%
Outras receitas operacionais	5.550	1.665	3.885	233%	57%	13%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstrações de Resultado do Exercício						
Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A		Análise Vertical (% Receita Oper. Continuadas + Descontinuadas)	
	2023	2022	R\$	%	2023	2022
Outras despesas operacionais	(2.179)	(1.524)	(656)	43%	-22%	-12%
Resultado de equivalência patrimonial	110	(3)	113	-3809%	1%	0%
(Perda) / Reversão ao valor recuperável dos ativos	(2.092)	(14.249)	12.157	-85%	-22%	-113%
Prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.805)	(18.265)	16.460	-90%	-19%	-145%
Resultado financeiro	(5.200)	(3.359)	(1.842)	55%	-54%	-27%
Prejuízo antes dos tributos	(7.005)	(21.624)	14.618	-68%	-72%	-172%
Imposto de renda e contribuição social	1.035	(2.601)	3.636	-140%	11%	-21%
Prejuízo das operações continuadas	(5.970)	(24.225)	18.255	-75%	-61%	-192%
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	542	4.959	(4.416)	-89%	6%	39%
Prejuízo do exercício	(5.428)	(19.266)	13.838	-72%	-56%	-153%

Receita Operacional Líquida (operações continuadas e descontinuadas)

O gráfico a seguir apresenta as componentes de nossa receita operacional líquida relativa aos exercícios findos em 2023 e 2022.



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Nota: visão por segmento gerencial.

A receita líquida totalizou R\$9,7 bilhões no ano de 2023, sendo 99% deste montante correspondente à operação brasileira.

Oi Fibra

A Oi Fibra foi responsável pela geração de R\$4,4 bilhões em receita em 2023, apresentando crescimento orgânico de +10,5% na comparação com o ano anterior e representando cerca de 46% do total das receitas da Nova Oi⁴. O desempenho foi suportado pela manutenção e crescimento de uma robusta base de casas conectadas, que atingiu a marca de 4,0 milhões, o que garantiu à Oi, um dos maiores players de banda larga via fibra no país, a liderança do mercado de fibra nas regiões onde atua⁵, com 27,3% de *market share*.

Este desempenho da Oi Fibra, de crescimento da receita registrando dois dígitos A/A, foi significativo, especialmente quando ponderado o impacto das condições de mercado mais desafiadoras, relacionadas ao ambiente macroeconômico – com a disponibilidade de renda das famílias reduzida a um patamar recorde⁶ – e consequente intensificação da dinâmica de competição no setor, decorrente da restrição orçamentária das famílias combinada à manutenção de um elevado patamar de custo de capital das empresas.

Durante o curso do ano, e a evolução das condições acima mencionadas, a rentabilidade sempre esteve no centro da estratégia comercial da Companhia, sendo alavancada por um posicionamento único que explorou seus diferenciais competitivos e capacidades, ao mesmo tempo em que equilibrou a busca pelo crescimento com qualidade. Dessa forma, o modelo de atuação da Oi contou com (i) o desenvolvimento de uma marca forte, presente, com o olhar centrado na audiência, trazendo campanhas contextualizadas, com reforço dos atributos adaptados às diferentes plataformas e uma experiência imersiva e diversa, como forma de construir uma comunidade sólida que impulsionasse a Oi Fibra e potencializasse o alcance e consideração da marca; (ii) o acesso a uma rede de fibra ótica diferenciada, através da infraestrutura da V.tal, com uma capilaridade robusta e possibilidade de conversão de toda a planta para altas velocidades; (iii) um posicionamento inovador, ao lançar um portfólio que usou uma abordagem exclusiva de segmentação da oferta conforme as necessidades por perfis de uso do cliente, se valendo de diferentes níveis de serviço, que vão desde as soluções de conectividade, das mais básicas até as mais avançadas, como o Oi Fibra X e soluções sob medida para pequenas empresas, aos canais de atendimento; (iv) estruturação dos canais de vendas, com foco em presença, para garantir maior efetividade das novas adições; e (v) abordagem mais regionalizada, adaptando canais, preços e marketing às dinâmicas locais.

⁴ Exclui as receitas de operações internacionais.

⁵ Exclui o estado de São Paulo.

⁶ Em junho de 2023, o comprometimento da renda familiar com o serviço da dívida apresentou o maior nível em 18 anos (dados disponíveis desde março de 2005). Fonte: Banco Central do Brasil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Como resultado, a Oi, que já havia sido reconhecida como a operadora com os clientes de internet mais satisfeitos do país⁷, liderou o crescimento de acessos em altas velocidades, com a ativação de 1,1 milhão de acessos acima de 300 mega em 2023⁸ (40% do total entre as grandes operadoras). A Oi Fibra conquistou ainda o título de internet mais veloz em dez estados brasileiros (e segundo lugar geral), superando, em diversas cidades importantes, a média nacional de velocidade da operadora líder⁹. Adicionalmente, a Companhia manteve estável, em R\$91,4 (+0,7% A/A), sua receita média por usuário (ARPU) no ano, valendo-se dessa posição única para garantir a blindagem e defesa de sua base neste contexto.

Oi Soluções

A receita líquida da Oi Soluções encerrou o ano de 2023 em R\$2,3 bilhões, apresentando retração de -2,5% A/A, em grande parte, em função da queda nas receitas dos serviços de Telecom e Outras¹⁰, decorrente da tendência estrutural no setor, de substituição dos serviços tradicionais, principalmente baseados em cobre.

Por outro lado, houve expressivo crescimento das receitas de TIC, de +29,4% A/A, ainda que com efeito parcial sobre a estabilização do desempenho total da unidade de negócios. No acumulado do ano, a linha de TIC já representava cerca de 30% do total da Oi Soluções.

A operação de TIC é um negócio *core* importante e que vem trazendo resultados por meio da transformação de nossa atuação. A conectividade combinada a soluções abrangentes no portfólio, em parceria com *startups* e os principais *players* do setor, são a base para sustentação do crescimento deste segmento. Esta oportunidade é alavancada ainda pela base de clientes já existente da Companhia, um importante ativo, já que o portfólio da Oi Soluções está presente em mais de 80% das maiores empresas do Brasil, se tornando um importante canal de acesso a estes clientes finais. Dentro dos serviços de TIC, os serviços de IoT foram o destaque do ano, com contribuição relevante para este desempenho do projeto de vídeo polícia com o Governo da Bahia.

Não-core (Cobre, Atacado, TV DTH e Subsidiárias)

A última componente da receita é uma combinação de diferentes serviços não-*core*, que inclui a operação dos serviços baseados em cobre para o varejo e empresarial (não inclui mercado corporativo), de atacado regulado, de TV DTH e as subsidiárias. Estes serviços representaram R\$2,9 bilhões em conjunto, uma redução de 27,8% A/A. A linha, que já possuía um perfil de receita declinante, apresentou nova aceleração em sua tendência de retração, principalmente, em razão dos serviços ligados à concessão do STFC,

⁷ Entre as grandes operadoras, segundo a Pesquisa de Satisfação de Qualidade Percebida da Anatel 2022.

⁸ Fonte: Anatel.

⁹ De acordo com o site Melhor Escolha.

¹⁰ Telecom: serviços ou soluções de conectividade, como foco no acesso. Outros: serviços com contratos de clientes ativos e que não são mais comercializados.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reforçando as diversas transformações pelas quais vem passando o setor, com a entrada de novas tecnologias e consequente mudanças nos hábitos dos consumidores.

Ao longo de anos de queda acelerada na receita proveniente de serviços baseados em cobre, a Companhia vem gerindo os desafios operacionais dos serviços ligados à concessão do STFC, no entanto, com sua atuação modulada pela regulação do contrato de concessão. Em paralelo, atuou ativamente, juntos aos órgãos reguladores e de supervisão, em uma frente de negociação com o objetivo de viabilizar uma flexibilização das suas obrigações, através da migração de sua outorga para autorização, e de buscar compensação pelo desequilíbrio econômico-financeiro e insustentabilidade da concessão.

Adicionalmente, a Oi possui ainda sua operação de TV DTH. A abordagem da Companhia para essa operação está alinhada ao seu processo de racionalização, com foco nos serviços *core* e busca por eficiência. A Companhia avalia ainda as oportunidades estratégicas inseridas no contexto do negócio de TV DTH, uma vez que foi notificada pela Sky, em outubro de 2023, sobre a rescisão unilateral do *term sheet* acordado com a Oi para transferência de sua base de TV DTH e utilização de sua infraestrutura IPTV pela Sky.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais apresentaram redução expressiva em 2023, de aproximadamente 60% A/A. Parte considerável da variação pode ser explicada por efeitos não recorrentes, sem impacto em caixa, como o *impairment* de ativos ligados aos serviços de cobre ocorrido em 2022, no valor de R\$14,2 bilhões, e a redução do passivo oneroso, no valor de R\$3,1 bilhões em 2023, no âmbito do contrato LTLA para uso de capacidade em cabos submarinos, firmado com a Globenet em 2013, em função da celebração do instrumento de cessão onerosa de sucata, para compensação de até 72% das obrigações de pagamento da Companhia

A Companhia continua atuando em frentes de redução de custos e eficiência, implementando as ações necessárias para sua simplificação operacional e transformação, tendo em vista uma operação mais leve e ágil. Em 2023, há que se destacar os resultados em eficiência alcançados nas linhas de pessoal (-5,2% A/A), através de uma redução significativa no total de colaboradores (aproximadamente 5 mil), e a redução abrangente nas linhas que compõe os serviços de terceiros (-14,0% A/A), resultantes de diversas renegociações contratuais (ex: aquisição de conteúdo), redução nos gastos de serviços especializados e G&A (ex: apoiado pelo aumento da digitalização nos processos de relacionamento com o cliente), entre outros. Por outro lado, o ano de 2023 marcou o primeiro período completo da mudança para o atual modelo operacional na fibra – vigente a partir de junho de 2022, com a dinâmica dos custos de aluguel e seguros (+18,3% A/A) impactada pelo contrato de uso da infraestrutura de rede de fibra neutra da V.tal.

Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos reduziu 90% A/A, para R\$1,8 milhão, em 2023. Como percentual da receita líquida (das operações continuadas e descontinuadas), este resultado saiu de -145% em 2022 para -19% em 2023.

EBITDA (operações continuadas e descontinuadas)

O EBITDA¹¹ de rotina consolidado da Companhia totalizou um consumo de R\$71 milhões, influenciado pelo resultado das operações brasileiras, que foi parcialmente compensado pelo EBITDA das operações internacionais, positivo em R\$53 milhões.

A dinâmica das operações no Brasil foi fortemente influenciada pela queda da receita nos serviços não-*core* mais acelerada que a redução dos custos no segmento, em especial pela dinâmica dos serviços baseados na tecnologia de cobre, dadas as atuais limitações regulatórias para a gestão de sua rentabilidade, e pelo crescimento dos custos para suporte ao crescimento da operação de fibra. Adicionalmente, o ano de 2023 registrou o primeiro exercício completo da operação após as vendas das UPIs Ativos Móveis e InfraCo, distorcendo a comparação anual.

O total de itens não rotina foi composto por diferentes efeitos não-recorrentes, como o impacto (i) da redução do passivo oneroso, no âmbito do contrato LTLA para uso de capacidade em cabos submarinos, firmado com a Globenet em 2013, em função da celebração do instrumento de cessão onerosa de sucata, para compensação de até 72% das obrigações de pagamento da Companhia, (ii) das conclusões de vendas de ativos, principalmente, o acordo de ajuste de preço pós-fechamento relacionado à alienação da operação móvel, e (iii) de *impairments* de ativos relacionados principalmente ao legado.

Dessa forma, o EBITDA reportado da Companhia totalizou R\$568 milhões no acumulado do ano, uma reversão em relação ao consumo observado em 2022.

Resultado financeiro

A Companhia registrou despesas financeiras consolidadas de R\$5,2 bilhões no ano de 2023, um aumento de 55% quando comparado ao resultado acumulado do ano anterior. Esse crescimento no resultado financeiro foi explicado por efeitos positivos não recorrentes no ano anterior, ocorridos como consequência da conclusão da venda da UPI InfraCo e do acordo de repactuação da dívida com a Anatel, em maio de 2022.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A linha de imposto de renda e contribuição social totalizou um valor positivo de R\$1,0 bilhão em 2023, apresentando uma reversão em relação à despesa observada no ano anterior. O resultado foi influenciado, principalmente, pelo resultado antes dos tributos do período, parcialmente compensado por (i) efeitos tributários de adições permanentes, representados, em sua maioria, pela variação cambial sobre ajustes a valor justo dos passivos reestruturados incluídos no Plano

¹¹ Devolve as despesas consolidadas com depreciação e amortização, no total de R\$1,6 bilhão em 2023 e R\$4,2 bilhões em 2022, ao resultado do período antes do prejuízo antes do resultado financeiro e dos tributos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de Recuperação Judicial homologado em fevereiro de 2018, sendo que em 2022, deve-se considerar ainda a alienação das UPIs Ativos Móveis e InfraCo, e (ii) pela provisão ao valor de realização de créditos fiscais diferidos – a Companhia encerrou o período com créditos de tributos diferidos relativos a expectativa de geração de lucros tributários nos próximos doze meses, a serem obtidos, substancialmente, com a renegociação de dívidas no âmbito de seu processo de recuperação judicial iniciado em 2023. O estoque de prejuízos fiscais no Brasil corresponde a aproximadamente R\$10 bilhões em tributos diferidos ativos, que não expiram e que poderão ser compensados no futuro.

Prejuízo de operações continuadas

Como resultado do exposto acima, o prejuízo de operações continuadas caiu 75% A/A, atingindo R\$5,9 bilhões em 2023.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)

O lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos, foi de R\$542 milhões em 2023. O valor é resultado do recebimento do ajuste de preços pós-fechamento pela UPI Ativos Móveis, acordado entre a Oi e suas compradoras.

Prejuízo do exercício

Por último, o prejuízo do exercício experimentou uma redução de 72% A/A, fechando o ano em R\$5,4 bilhões.

Fluxo de Caixa

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas)	2023	2022	R\$	%
Atividades operacionais (operações continuadas)	(2.798)	(2.588)	(210)	8%
Prejuízo antes das tributações	(7.005)	(21.624)	14.618	-68%
Itens de resultado que não afetam o caixa	4.835	22.892	(18.057)	-79%
Mutações patrimoniais	(168)	(2.075)	1.907	-92%
Encargos financeiros (dívida e arrendamento), IR e CS pagos	(461)	(1.783)	1.322	-74%
Atividades de investimentos	1.313	17.419	(16.106)	-92%
Operações continuadas	491	(1.487)	1.978	-133%
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(745)	(1.438)	692	-48%
Recursos obtidos na venda de investimentos e ativos fixos	1.219	28	1.191	4204%
Saldo de resgates (depósitos) e bloqueios judiciais	17	(78)	95	-122%
Operações descontinuadas	821	18.906	(18.085)	-96%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas)				
Atividades de financiamentos	250	(14.855)	15.105	-102%
Operações continuadas	250	(11.700)	11.951	-102%
Captações líquidas de custos	983	-	n.m.	n.m.
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos	(3)	(10.976)	10.974	-100%
Recebimentos (pagamentos) de oper. de instrum. fin. derivativos	(7)	(125)	118	-94%
Programa de refinanciamento fiscal	(111)	(85)	(27)	32%
Arrendamentos	(611)	(514)	(97)	19%
Operações descontinuadas	-	(3.155)	n.m.	n.m.
Variação cambial sobre equivalentes de caixa	20	113	(93)	-83%
Fluxo de caixa do exercício	(1.215)	88	(1.304)	-1474%

Nota: n.m. = não mensurado.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O caixa aplicado nas atividades operacionais de operações continuadas foi de R\$2,0 bilhões em 2023, resultante da dinâmica da operação descrita anteriormente.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de investimentos

O saldo de caixa gerado nas atividades de investimentos totalizou R\$1.313 milhões, suportado pelos recursos obtidos em vendas de ativos, com destaque para a venda dos sites de infraestrutura de torres de telecomunicações da operação fixa das operações continuadas (UPI Torres 2) e R\$821 milhões referente ao acordo com as compradoras da UPI Ativos Móveis (TIM, Vivo e Claro) com relação ao valor do ajuste pós-fechamento e, consequentemente, em relação ao valor final do preço de aquisição da UPI, das operações descontinuadas.

O caixa aplicado em ativos imobilizado e intangível das operações continuadas apresentou uma queda de 133% em relação ao ano anterior. Essa redução decorreu da captura considerável de eficiências após a transição para o atual modelo operacional na fibra, combinada à uma evolução no modelo de alocação de investimentos da Companhia. Em 2023, os investimentos realizados foram direcionados majoritariamente às operações *core*, em especial para viabilizar a ativação de novas conexões de clientes na fibra, através da aquisição de ONTs. Na frente de aprimoramento da Oi Fibra, foram realizados também investimentos relacionados a projetos estruturantes de TI que buscam dar maior flexibilidade ao processo de criação de serviços diferenciados e ofertas personalizadas, melhorando a experiência de uso dos clientes. Os investimentos na Oi Soluções foram relacionados à evolução do portfólio para comercialização de serviços TIC, de valor

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

adicionado, e para implementação de projetos customizados para clientes corporativos, priorizados de acordo com sua rentabilidade e prazo de retorno. Já nos serviços não-*core*, os investimentos se concentraram na frente de operações de rede e sistemas de informação, com o objetivo de otimização da infraestrutura existente ou ações necessárias de reposição de equipamentos.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

O saldo de caixa gerado nas atividades de financiamento totalizou R\$250 milhões, decorrente principalmente da captação do financiamento DIP, recebido em junho de 2023, desembolsado por um grupo de credores no contexto das negociações para reestruturação das dívidas da Companhia.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 – Comentários dos diretores sobre:

a. Resultado das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma das principais provedoras de serviços de telecomunicações no Brasil, atuando em todo o território nacional. O ano de 2023 marcou o primeiro exercício completo de operação da Nova Oi.

A Nova Oi tem quatro componentes de receita, com diferentes perfis e capacidades de geração de valor, apresentadas abaixo.

Oi Fibra

A operação de clientes da Oi Fibra, nosso principal motor de crescimento, encerrou o exercício social de 2023 representando 46% da receita das operações brasileiras. A Companhia continua crescendo organicamente, com 4 milhões de casas conectadas e oferecendo uma banda larga de qualidade e velocidade diferenciadas, alavancando-se na maior presença de casas passadas no Brasil – ao final de 2023, eram cerca de 22 milhões de lares alcançados pela infraestrutura da V.tal. Além da receita de conexão do cliente, também capturamos oportunidades em serviços de valor agregado, através de um portfólio inovador e pioneiro, com ofertas segmentadas que incluem diferentes níveis de serviço e atendimento, bem como soluções digitais e para casa conectada.

Oi Soluções

A Oi Soluções é a nossa operação para clientes Corporativos, que representou cerca de 24% da receita das operações brasileiras em 2023, resultante principalmente de contratos de longo prazo de serviços de conectividade e soluções TIC. A operação é um negócio *core* significativo e que vem trazendo resultados por meio da transformação de nossa atuação. A conectividade combinada a soluções abrangentes no portfólio, desde a infraestrutura de fibra até a distribuição de um vasto portfólio de produtos TIC, em parceria com startups e principais *players* do setor, passam a ser a base para sustentação do crescimento deste segmento.

Esta oportunidade é alavancada em nossa base de clientes já existente, um importante ativo, já que o portfólio da Oi Soluções está presente em mais de 80% das maiores empresas do Brasil, se tornando um importante canal de acesso a estes clientes finais.

Subsidiárias

A terceira componente da receita agrupa duas subsidiárias da Oi, a Serede e a Tahto, que juntas representaram 5% da receita das operações brasileiras.

A primeira atua em serviços de campo para manutenção da infraestrutura de rede para as operadoras, principalmente a V.tal, e a segunda atua em operações de *call center*. Ambas possuem oportunidades de crescimento associadas à aquisição de novos clientes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Legado, Atacado, TV DTH

A última componente da receita é uma combinação de diferentes serviços não-*core*, que representaram 25% da receita das operações brasileiras.

Os serviços legados, principalmente aqueles ligados à concessão do STFC, em função de diversas transformações pelas quais vem passando o setor, com a entrada de novas tecnologias e mudanças nos hábitos dos consumidores, possuem um perfil de receita declinante. Ao longo de anos de aceleração nesta queda, a Companhia vem gerindo os desafios operacionais deste serviço, no entanto, com sua atuação modulada pela regulação do contrato de concessão.

Adicionalmente, a Companhia possui ainda sua operação de TV DTH, porém sem foco comercial para a aquisição de novos clientes nesse segmento. A abordagem da Companhia, alinhada ao seu processo de racionalização, com foco nos serviços *core* e busca por eficiência, também se aplica às operações internacionais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações da Companhia são substancialmente realizadas no Brasil, por isso, a Oi é afetada principalmente pela dinâmica de consumo de serviços do setor de telecomunicações por famílias e empresas, principalmente pela demanda de conexão banda larga por fibra, adoção de serviços digitais e serviços ligados a tecnologias legadas, como o cobre e DTH.

Dessa forma, as condições macroeconômicas do país, como emprego e renda, períodos de crescimento ou retração, ainda que a demanda por serviços de telecomunicações possua baixa elasticidade, impactam as receitas da Companhia. Condições econômicas desfavoráveis, por períodos prolongados, afetam negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Oi e, consequentemente, suas receitas operacionais. Em 2023, o endividamento recorde das famílias¹² e elevado custo de capital¹³, pressionaram o consumo e resultaram em uma competição mais intensa no mercado de fibra brasileiro, afetando negativamente a evolução das adições líquidas e do *take-up* da indústria.

Os resultados foram afetados ainda por aspectos da regulamentação para o setor, relacionadas ao cumprimento de requisitos do contrato de concessão, do Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) e dos regulamentos da Anatel, em geral, relacionados com a disponibilidade, preços e qualidade dos serviços, principalmente o acesso aos serviços da fixa.

Adicionalmente, a mudança nos hábitos de consumo vem impulsionando a demanda por serviços digitais pela população e adoção de digitalização nas empresas, resultando em preferências que valorizam disponibilidade, velocidade e estabilidade da transmissão de dados. Se por um lado, a

¹² Em junho de 2023, o comprometimento da renda familiar com o serviço da dívida apresentou o maior nível em 18 anos (dados disponíveis desde março de 2005). Fonte: Banco Central do Brasil.

¹³ Ao longo de praticamente todo o ano de 2023, a taxa Selic se manteve em um patamar superior aos 12% ao ano. Fonte: Banco Central do Brasil.

2.2 Resultados operacional e financeiro

tendência beneficia a Companhia, alavancando sua expansão através dos serviços de conexão por fibra, por outro, o movimento acelerou o declínio no uso dos serviços de telefonia fixa.

Em linha com seu processo de transformação, a Companhia vem evoluindo também na simplificação de sua estrutura, buscando eficiência através da forte redução de seus custos operacionais.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação

A dinâmica de receita da Companhia é diretamente impactada pelo seu desempenho no crescimento de clientes e da receita média por usuário (ARPU), com tendência positiva nos negócios de fibra e declinante nos serviços baseados em cobre, em função dos fatores apresentados anteriormente. Dessa forma, novos produtos e serviços e as taxas de câmbio não afetaram materialmente a receita do exercício social encerrado em 2023.

Vale comentar que as tarifas dos planos básicos de telefonia fixa local e de longa distância prestados pela Companhia, bem como a interconexão com as suas redes de telefonia fixa e serviços EILD com taxas de transmissão até 34 Mbps estão sujeitas a regulamentação da Anatel. As tarifas estabelecidas (no caso dos planos básicos) ou aprovadas (no caso dos planos alternativos) servem de teto para as tarifas cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos sobre elas. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela Anatel, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação menos o valor de ganhos de produtividade.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

Como evolução prevista do processo de transformação, o ano de 2023 marcou o primeiro exercício completo após as alienações das UPs Ativos Móveis e InfraCo, concluídas em abril e junho de 2022, respectivamente. Dessa forma, a conclusão dessas transações impactou os resultados operacionais, com a saída de receitas e custos associados. Adicionalmente, o resultado operacional da Companhia foi materialmente afetado pela mudança no modelo de negócio na fibra, na medida em que registrou aumento dos custos relacionados ao aluguel para uso da infraestrutura de fibra, bem como a drástica redução nos investimentos para expansão da rede. Dessa forma, ainda que os custos e despesas da Companhia tendam a sofrer pressões inflacionárias, os fatores anteriormente citados, em conjunto com execução contínua de ações de eficiência, reduzem os efeitos de outros impactos sobre os preços dos principais insumos e produtos no resultado consolidado.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Adicionalmente a inflação durante o ano de 2023 pressionou os custos com serviços e produtos adquiridos durante o período. O aumento de custos e despesas por inflação foi absorvido pela implementação de iniciativas de eficiência.

O efeito do câmbio nos gastos e investimentos tem impacto reduzido e da mesma maneira a variação cambial foi absorvida por renegociação de contratos e medidas de eficiência.

Em relação ao resultado financeiro, a Companhia possui financiamentos indexados à moeda estrangeira ou sujeitos a taxas flutuantes (dívidas em Reais), como CDI e Taxa Referencial (TR). O volume sujeito a oscilação cambial representava cerca de 67% do total de empréstimos e financiamentos, enquanto a taxas flutuantes aproximadamente 33% deste volume, em 2023. Vale destacar ainda que a Companhia reconheceu um efeito positivo sobre a marcação de seu endividamento, decorrente da variação cambial, no valor de R\$1,1 bilhão.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 – Comentários dos diretores sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que para as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram alterações nas práticas contábeis relevantes.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os Diretores da Companhia informam que os auditores emitiram parecer com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, devido à relevância dos assuntos descritos na seção "Base para Abstenção de Opinião", do referido parecer, onde destacam que pelos assuntos descritos e reproduzidos abaixo, não foi possível, nas circunstâncias, obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião incluída no parecer dos auditores

Durante o exercício de 2023, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 5.430.918 mil (controladora) e R\$ 5.427.756 mil (consolidado), havia acumulado até 31 de dezembro de 2023, prejuízos de R\$ 63.298.133 mil (controladora e consolidado), bem como apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 27.318.349 mil (controladora) e R\$ 27.283.395 mil (consolidado) e passivos no valor total de R\$ 63.162.700 mil (controladora) e R\$ 53.407.356 mil (consolidado). Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, após o encerramento do processo da primeira recuperação judicial, ocorrido em 14 de dezembro de 2022, com sentença de encerramento publicada no Diário Oficial de Justiça em 10 de janeiro de 2023, a Companhia, em conjunto com suas controladas holandesas, ajuizou, em 1o de março de 2023, novo pedido de recuperação judicial ("Novo PRJ"), em caráter de urgência, deferido em 16 de março de 2023. A versão mais recente do Novo PRJ divulgada pela Companhia, em 25 de março de 2024, estabelece as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômico-financeira das Requerentes e à continuidade de suas atividades.

Em 26 de março de 2024, foi retomada a Assembleia Geral de Credores ("AGC") e, a Companhia chegou a um termo com relação aos termos e condições comerciais ("*Term Sheet* Comercial") com credores titulares de créditos que representam a maioria dos créditos concursais presentes à AGC, incluindo os Credores Financeiros e credores fornecedores "*take-or-pay*", em particular os credores fornecedores de torres e capacidade satelital. A conclusão das negociações dependerá da finalização e aprovação dos documentos necessários para refletir os termos e condições do "*Term Sheet* Comercial, incluindo o Novo PRJ e seus anexos, o que foi confirmado durante a AGC pelos representantes dos credores mencionados. Colocada a matéria em votação, foi aprovada

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

pela maioria dos credores presentes nova suspensão da AGC, com a prorrogação do "*stay period*" até a conclusão da AGC que deliberar sobre o Novo PRJ. Conforme já mencionado no item 2.1, após sucessivas suspensões, com prorrogações do *stay period*, a aprovação do Novo PRJ, ocorreu no dia 19 de abril de 2024 e foi homologado em 28 de maio desse mesmo ano, tendo a respectiva decisão sido publicada no Diário de Justiça Eletrônico em 29 de maio de 2024.

Também, conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras, com o propósito de facilitar o processo de aprovação do Novo PRJ, a Companhia e suas controladas vêm empreendendo esforços, em conjunto com seus assessores financeiros e legais, mediante a condução de negociações com credores financeiros e não financeiros, visando a repactuação de dívidas, em especial as financeiras, fortalecimento da sua estrutura de capital e otimização de sua liquidez e perfil de endividamento. Essas negociações incluem, entre outros, a assinatura de financiamento extraconcursal na modalidade "*debtor-in-possession*" (DIP AHG ORIGINAL), no valor de USD 275 milhões, ocorrida em 21 de abril de 2023, e acordo de apoio à reestruturação e de "*lockup*" com a maioria dos credores financeiros, presentemente em andamento. Em 7 de junho de 2023, após o cumprimento de determinadas condições precedentes pelas Requerentes, operou-se o desembolso da primeira "tranche" do Financiamento DIP AHG ORIGINAL no valor de US\$ 200 milhões. Em 26 de setembro de 2023, a Companhia chegou a um acordo sobre os termos e condições para a concessão pelo Banco BTG Pactual S.A., de um novo crédito na modalidade "*debtor in possession*", no valor de US\$ 300 milhões ("Novo Financiamento DIP"). Contudo, em 20 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu dos Credores Financeiros, signatários do Financiamento DIP AHG Original, uma proposta alternativa atualizada e concorrente àquela apresentada pelo BTG para o refinanciamento de dívidas da Companhia, na modalidade "*debtor in possession*" (DIP) ocasionando o consequente aditamento ao DIP AHG Original e dos instrumentos relacionados à respectiva alienação fiduciária firmados com a Companhia em 21 de abril de 2023 ("Proposta Concorrente AHG"), Além de termos e condições mais benéficas àquela apresentada pelo BTG, a Proposta Concorrente AHG traz uma liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia, em relação ao DIP AHG Original. Em 11 de janeiro de 2024, foi firmado o "*Amended and Restated Note Purchase Agreement*" com os Credores Financeiros ("*Amended and Restated NPA*"), em termos e condições mais benéficas à Companhia, em relação àqueles constantes do Novo Financiamento DIP. Em 26 de janeiro de 2024, após o cumprimento das condições precedentes pela Companhia previstas no "*Amended and Restated NPA*", foi realizado o desembolso da terceira "tranche" prevista no referido instrumento, resultando na liquidez adicional de US\$ 125 milhões para a Companhia em relação ao Financiamento DIP AHG Original.

Adicionalmente, a geração futura de caixa operacional suficiente para investimentos e pagamento de suas obrigações depende, também, do sucesso na implementação do Plano Estratégico de negócios das atividades remanescentes "*core*" da Companhia e na readequação da sua estrutura de custos, bem como da busca e criação de novas fontes de receita, especialmente na área de soluções digitais e conexões de fibra ótica.

Considerando esse conjunto de elementos e a pervasividade envolvida no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entre outros descritos nas notas

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

explicativas, que remete a um cenário de múltiplas incertezas, as circunstâncias não nos permitem neste momento reunir evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluir que o pressuposto de continuidade e a correspondente base para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2023 são apropriados.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 – Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores esclarecem que, nos últimos anos, os eventos com impactos relevantes nas demonstrações financeiras estão relacionados às alienações de ativos previstas no âmbito da Recuperação Judicial da Companhia. Neste sentido, apresentamos abaixo a única operação ocorrida ao longo de 2023.

Alienação dos sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa

No âmbito da primeira recuperação judicial do Grupo Oi, em 12 de julho de 2023, foi concluída a alienação das ações representativas da totalidade do capital social da Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("SPE Torres 2"), detentora de parte da infraestrutura de torres reversíveis e não reversíveis da Oi, à NK 108 Empreendimentos e Participações S.A. ("NK 108" e "Operação"), vencedora do procedimento competitivo realizado em 22 de agosto de 2022. A alienação à NK 108 foi autorizada pelo Juízo da primeira recuperação judicial e concluída em conformidade com a Lei 11.101/05 e com o respectivo Aditamento ao Plano de Recuperação Judicial homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 5 de outubro de 2020.

Com a conclusão da Operação, a NK 108 realizou, na mesma data, o pagamento à Companhia de parcela à vista em dinheiro, no montante de R\$905.106.874,26, correspondente ao Preço de Compra Preliminar subtraído das deduções e retenções previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças referente à alienação das ações representativas do capital social da SPE Torres 2 celebrado em 07 de dezembro de 2022, conforme aditado.

Informações adicionais estão disponíveis no subitem 2.10.a.iii.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreram constituição ou aquisição de participações societárias materiais. As alienações de participações societárias relevantes são apresentadas abaixo.

Alienação dos sites de infraestrutura de telecomunicações da operação fixa

Em consonância com o evento descrito no item 2.4.a, em 12 de julho de 2023, foi concluída a alienação das ações representativas da totalidade do capital social da Lemvig RJ Infraestrutura e Redes de Telecomunicações S.A. ("SPE Torres 2").

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Eventos subsequentes à operação de alienação do controle da V.tal com impacto na participação societária detida pela Oi

Em 4 de agosto de 2023, em reunião do Conselho de Administração da V.tal, foi reconhecido o exercício dos bônus de subscrição nº 2 e 8, Série B, pelos acionistas BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Mutiestratégia (sendo, no caso do BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Mutiestratégia, após a cessão parcial dos bônus de subscrição nº 2 e nº 8 pelo BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pelo BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP, respectivamente), na proporção de sua respectiva participação societária na V.tal, com consequente emissão de 1.524.669.520 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social votante da V.tal, mediante contribuição de um montante em dinheiro de R\$2,00, sendo (a) 1.436.981.314 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo acionista BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; (b) 46.731.227 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo acionista BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP; e (c) 40.956.979 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas pelo acionista BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Mutiestratégia.

Em virtude do exercício dos referidos bônus de subscrição, o capital social da V.tal passou de R\$12.689.598.254,00, representado por 16.380.772.850 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, para R\$12.689.598.256,00, representado por 17.905.442.370 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Os bônus de subscrição nº 2, Série B, foram emitidos pela V.tal na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2022, conforme previsto no fechamento da operação de alienação parcial da UPI InfraCo e no contexto dos investimentos realizados na V.tal desde então. Em decorrência da implementação da operação acima, a Oi passou a deter ações representativas de 31,21% do capital social votante e total da V.tal, permanecendo os Fundos BTG Pactual Infraco Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, BTG Pactual Infraco Co-Investors Fund LP e BTG Pactual Economia Real Master Fundo de Investimento em Participações Mutiestratégia com a participação restante no capital votante e total.

c. eventos ou operações não usuais

A Companhia continua implementando as mudanças necessárias para redução de seus custos operacionais, sendo as reorganizações societárias uma das frentes para atingimento deste objetivo. No último exercício social, a Oi concluiu o processo de liquidação da Africatel Holdings B.V., simplificando sua estrutura de subsidiárias indiretas, contribuindo para redução de custos relacionados à gestão empresarial e geração de sinergias, através de uma estrutura mais eficiente e adequada ao seu processo de transformação. Ainda neste sentido, em 1 de dezembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Oi, na qual foi aprovada a operação de

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

incorporação da empresa Bérghamo Participações Ltda. pela Companhia, com eficácia a partir de 2 de janeiro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia concluiu um acordo com as compradoras da UPI Ativos Móveis (TIM, Vivo e Claro) com relação ao valor do ajuste pós-fechamento e, consequentemente, em relação ao valor final do preço de aquisição da UPI. Após o ajuste pós-fechamento, ficou definido que o valor total devido à Oi pela aquisição da UPI Ativos Móveis é de R\$15.198.497.810,50, tendo como referência a data de fechamento. Na data de fechamento da operação, em 20 de abril de 2022, a Oi havia recebido R\$14.474.759.819,53 e fez jus, em 04 de outubro de 2023, ao levantamento do valor de R\$723.737.990,98 que, acrescido dos respectivos rendimentos incidentes até a data do levantamento, correspondia a R\$821.418.121,47. O valor de fechamento levantado foi equivalente à metade do valor que havia sido depositado pelas compradoras no Juízo da Recuperação Judicial e, posteriormente, transferido sob a responsabilidade do procedimento arbitral. Por conta do acordo sobre o ajuste pós-fechamento, foram encerradas todas as pendências e litígios existentes entre a Oi e as compradoras relacionados à determinação do preço de aquisição da UPI Ativos Móveis, incluindo o procedimento arbitral instaurado pelas compradoras para discutir a controvérsia entre as partes quanto ao ajuste pós-fechamento e o incidente processual que ordenou o depósito judicial do valor retido pelas compradoras.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Rio Alto Investimentos e Participações S.A. (subsidiária da Oi) realizada em 20 de outubro de 2023, foi aprovado um aumento de capital, tendo sido totalmente subscrito e integralizado pela Oi mediante a conferência de 279.419.488 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da V.tal que eram de sua titularidade, representativas de 1,56% do capital social total e votante da Companhia, de modo que a Rio Alto passou a ser a legítima titular das referidas ações. Desse modo, a participação societária da Oi na V.tal passou a ser 29,65% e a da Rio Alto na V.tal de 1,56%, somando em conjunto, 31,21% do capital social votante e total da V.tal.

2.5 Medições não contábeis

2.5 – Medições não contábeis

- a. valor das medições não contábeis
- b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A tabela abaixo apresenta a reconciliação entre o lucro líquido da Companhia e o EBITDA:

Reconciliação entre Lucro Líquido e EBITDA

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro		Variação A/A	
	2023	2022	R\$	%
Lucro (prejuízo) líquido	(5.428)	(19.266)	13.838	-71,8%
Resultado financeiro líquido	5.200	3.359	1.842	54,8%
Imposto de renda e contribuição social	(1.035)	2.601	(3.636)	-139,8%
Depreciação e amortização	1.552	4.187	(2.635)	-62,9%
Operações descontinuadas e outros	279	3.893	(3.614)	-92,8%
EBITDA Reportado	568	(5.226)	5.794	-110,9%
Ajustes não rotina	(638)	7.430	(8.069)	-108,6%
EBITDA de rotina	(71)	2.204	(2.274)	-103,2%
Margem EBITDA	-0,7%	17,5%	-0,2pp	n.m.
Receita operacional líquida (consolidada)	9.718	12.604	(2.886)	-22,9%

Nota: n.m. = não mensurado.

- c. motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

A Companhia calcula o EBITDA como sendo o lucro ou prejuízo líquido das operações continuadas antes do resultado financeiro líquido, imposto sobre a renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O EBITDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, pelas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), não representando o fluxo de caixa para os períodos indicados e não deve ser considerado como um indicador de desempenho operacional ou como um substituto para o fluxo de caixa como forma de medir a liquidez. O EBITDA não tem um significado padrão e o cálculo de EBITDA da Companhia pode não ser comparável ao cálculo do EBITDA de outras sociedades. Ademais, o EBITDA apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador de rentabilidade.

2.5 Medições não contábeis

Ainda que o EBITDA não forneça uma forma de medir o fluxo de caixa operacional de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou as IFRS, os Diretores da Oi entendem que o EBITDA é um importante indicador para analisar o desempenho econômico operacional e a liquidez da Companhia em função de não ser afetado por (i) flutuações nas taxas de juros, (ii) alterações da carga tributária do imposto sobre a renda e da contribuição social, bem como (iii) pelos níveis de depreciação e amortização, sendo normalmente utilizado por investidores e analistas de mercado como indicador de desempenho operacional e/ou seu fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não há.

2.7 Destinação de resultados

2.7 – Política de destinação dos resultados

	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	<p>Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia poderão deliberar, em assembleia geral e por proposta da administração, a retenção de parte do lucro líquido para ser utilizado em investimentos da Companhia.</p> <p>Conforme parágrafo 1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.</p> <p>Além das reservas obrigatórias previstas na legislação, o artigo 57, alínea (c), Estatuto Social da Companhia contempla a existência de uma Reserva para Reforço Patrimonial, descrita no subitem (b) deste item 2.7, com a finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento.</p>
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável. No exercício do ano, a Companhia apresentou prejuízo.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	<p>Após a dedução dos prejuízos acumulados, da provisão para pagamento do imposto de renda e, se for o caso, da provisão para participação dos administradores no resultado do exercício, o lucro líquido terá a seguinte destinação:</p> <p>a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal, até que esta atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;</p> <p>b) uma parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para pagamento de dividendo obrigatório aos acionistas, compensados os dividendos semestrais e intermediários que tenham sido declarados;</p> <p>c) por proposta dos órgãos da administração, uma parcela correspondente a até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, será destinada para a constituição da Reserva para Reforço Patrimonial, com a finalidade de reforçar a posição de capital e patrimonial da Companhia, visando a permitir a realização de investimentos e redução de endividamento; e</p> <p>d) o saldo remanescente terá a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral.</p> <p>O saldo da Reserva para Reforço Patrimonial, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p> <p>A Companhia pode, por deliberação do Conselho de Administração, pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26.12.95. Os juros pagos serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório devido tanto aos titulares de ações ordinárias quanto aos das ações preferenciais.</p> <p>Em regra, as ações preferenciais não têm direito de voto, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da companhia ou de 3% (três por cento) ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da companhia, o que for maior.</p> <p>As ações preferenciais adquirirão direito a voto se a Companhia, por 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar dividendos mínimos a que fazem jus. A partir da Assembleia Geral Ordinária de 2017, em virtude de a Companhia ter ficado por três exercícios consecutivos sem pagar dividendos mínimos, as ações preferenciais adquiriram o direito ao</p>

2.7 Destinação de resultados

	2023
	<p>exercício de voto e seus titulares passaram a votar em conjunto com as ações ordinárias em todas as matérias sujeitas à deliberação de acionistas.</p> <p>Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023 não houve distribuição de dividendos em razão de prejuízos apurados nos referidos exercícios.</p>
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	<p>A distribuição ordinária de dividendos da Companhia é anual, sendo que a Companhia poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p> <p>Adicionalmente, a Companhia pode declarar dividendos a partir do lucro líquido constante do último balanço semestral ou de qualquer balanço relativo a período inferior, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital. As distribuições de dividendos intermediários podem ser compensadas do valor de dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários foram distribuídos.</p> <p>Entretanto conforme descrito no subitem (b) deste item 2.7, a Companhia não distribuiu dividendos no exercício assinalado.</p>
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Nos termos do disposto no artigo 6-A da Lei nº 11.101/2005, alterada pela Lei nº 14.112/2020 e da Cláusula 10.1.1 do Aditamento ao Plano¹ – aprovado em Assembleia Geral de Credores, em 08 de setembro de 2020, e homologado pela 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, por meio de decisão proferida no dia 05 de outubro de 2020 – até 31 de dezembro de 2025, a Companhia não poderia declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de sua emissão (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo as Recuperandas)², excetuadas as hipóteses da Cláusula 10.1.1.1 do Plano.</p> <p>Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial apresentado em Assembleia Geral de Credores, em 25 de março de 2024, o qual ainda será votado pelos credores³, nos termos de sua Cláusula 8.1, as Recuperandas estarão autorizadas, após a quitação integral das obrigações relativas ao DIP Emergencial Original Atualizado, ao Novo Financiamento, ao Empréstimo-Ponte, à Dívida sem Garantia ToP 2024/2025 Reinstated, à Dívida ToP com Garantia 2024/Janeiro 2025 Reinstated e à Dívida Roll-Up, a declarar ou efetuar o pagamento de qualquer dividendo, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição sobre (ou relacionado) às ações de suas emissões (incluindo qualquer pagamento em relação a qualquer fusão ou consolidação envolvendo as Recuperandas), desde que observadas as obrigações das Recuperandas assumidas perante Credores Extraconcursais. Estão excetuado da restrição prevista nesta Cláusula 8.1 a declaração ou pagamento de (a) dividendos, retorno de capital ou realizar qualquer outro pagamento ou distribuição exclusivamente de uma Recuperanda para outra Recuperanda e, neste caso, quaisquer restrições somente poderão ser impostas após o Aumento de Capital – Capitalização de Créditos; ou (b) pagamentos por qualquer Recuperanda para acionistas dissidentes de acordo com a legislação aplicável.⁴</p>
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	<p>A Companhia não possui Política de Destinação de Resultados formalmente aprovada.</p>

Nota: (1) O aditamento ao Plano foi apresentado pelas Empresas Oi e aprovado pelos credores no contexto do processo de recuperação judicial ajuizado em 2016.; (2) O termo "Recuperandas" tem o significado que lhe é atribuído no processo de recuperação judicial ajuizado em 2016; (3) A redação considera a versão do plano de recuperação judicial apresentado na Assembleia Geral de Credores em 25 de março de 2024, que ainda deverá refletir as alterações dos termos acordados com um grupo de credores em 26 de março de 2024; (4) Todos os termos relativos à Cláusula 8.1 do novo plano tem o significado que lhes são atribuídos no referido documento, bem como no pedido de recuperação judicial ajuizado em 2023.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

- a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Conforme mencionado na abertura do item 2.1, o resultado de decisões materiais, envolvendo as questões regulatórias do STFC e o processo de Recuperação Judicial da Companhia, ainda não possuem efeito sobre os resultados apresentados até aqui.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os Diretores ressaltam que as operações mencionadas no item 2.8.b terão impactos, principalmente, sobre os passivos da Companhia, além dos consequentes efeitos sobre as despesas operacionais e financeiras decorrentes destes eventos. Vale mencionar que o Plano de Recuperação Judicial a ser votado prevê ainda uma nova operação de financiamento e a venda de ativos, como a operação da Oi Fibra (ClientCo) e a participação na V.tal.

b. natureza e o propósito da operação

Ambas as operações estão inseridas no contexto apresentado na abertura da seção 2.1, de busca pela viabilidade de longo prazo da Companhia, com foco na adequação de suas obrigações futuras ao seu atual contexto operacional e capacidade de pagamento.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os impactos das operações mencionadas no item 2.8.b são materiais e só serão integralmente conhecidos uma vez concluídas as etapas mencionadas na abertura do item 2.1.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia

a. investimentos

i. descrição qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Oi Fibra

Os Diretores da Companhia ressaltam que o foco dos investimentos previstos no plano de negócios da Companhia é relacionado com a infraestrutura de acesso na casa de novos clientes, principalmente, as ONTs (*Optical Network Terminal*). Adicionalmente, estão previstos investimentos relacionados a projetos estruturantes de TI que buscam dar maior flexibilidade no processo de criação de serviços diferenciados e ofertas personalizadas, aprimorando assim a experiência de uso dos clientes.

Vale destacar que a Companhia possui uma expectativa de aumento do reaproveitamento de ONTs, sustentada por ações estruturais, de estabelecimento de processos de logística reversa e de recondicionamento com alta eficácia. Ao longo de 2023, a Companhia implementou iniciativas direcionadas à ampliação da taxa de reaproveitamento das ONTs recolhidas e à garantia da escalabilidade deste processo, buscando parceiros altamente especializados no mercado e desenvolvendo os laboratórios para esta operação. Com isso, atualmente, estamos trabalhando com uma altíssima taxa de sucesso de recondicionamento dos aparelhos recolhidos. Como próxima fase deste plano, serão trabalhadas as iniciativas para aprimorar e escalar o processo de logística reversa, ampliando a captação dos equipamentos junto ao *churn*, especialmente pela ampliação dos canais e malha de captação, elevando suas chances de recuperação.

Oi Soluções

Os investimentos previstos nesse segmento são relacionados à evolução do portfólio para comercialização de serviços de valor adicionado (em TI), aumentando a exposição da nossa base às soluções digitais como *Cloud*, segurança digital, IOT, *Big Data* e etc. Adicionalmente, também são realizados investimentos para implementação de projetos customizados para clientes corporativos, priorizados de acordo com sua rentabilidade e prazo de retorno.

Legado, Atacado e TV DTH

Os serviços não-*core* possuem uma tendência de retração acelerada, alinhada às mudanças estruturais do setor decorrentes de novos hábitos e preferências dos consumidores. Diante desse cenário, os Diretores da Companhia informam que os investimentos realizados nestas unidades se concentrarão na frente de operações de rede e sistemas de informação, como objetivo de (i) otimização da rede existente, identificando os setores que ainda são lucrativos para a Companhia e o consequente desligamento daqueles que não são; (ii) o adensamento das redes já instaladas, por meio da oferta de produtos e serviços para os nossos clientes, permitindo ganhos de escala e de eficiência nos serviços prestados; e (iii) ações necessárias para reposição de equipamentos

2.10 Planos de negócios

ou infraestrutura. Todas as ações relativas à rede de cobre são realizadas considerando a regulamentação vigente e as disposições do contrato de concessão do STFC.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos foram detalhadas no item 2.1.e.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os Diretores esclarecem que os desinvestimentos em andamento ou previstos estão relacionados ao processo de reestruturação da Companhia, sendo a alienação da participação societária da Companhia na Timor Telecom S.A. o processo mais avançado, conforme abaixo.

Alienação da participação societária na Timor Telecom S.A.

Em 3 de maio de 2023, PT Participações, SGPS S.A. ("PT Participações"), TPT – Telecomunicações Públicas de Timor, S.A. ("TPT"), na qualidade de acionistas da Timor Telecom, S.A. ("Timor Telecom"), e PTIF, detentora de créditos contra a Timor Telecom, celebraram o contrato de compra e venda de ações de emissão da Timor Telecom e cessão de créditos com a República Democrática de Timor-Leste, para venda da totalidade das participações acionárias detidas pela PT Participações e pela TPT na Timor Telecom, bem como a cessão dos créditos detidos pela PTIF no valor total de US\$ 21.111 mil, dos quais US\$ 5.444 mil referentes à venda das participações acionárias e US\$ 15.667 mil correspondentes aos créditos corrigidos. A efetiva conclusão da transação, com transferência das ações e dos créditos mencionados, está sujeita ao cumprimento das condições precedentes previstas no contrato, dentre as quais a aprovação pelo Juízo da Recuperação Judicial, que ocorreu no dia 5 de junho de 2023, e a inexistência de reservas da Autoridade Nacional de Comunicações do Timor-Leste, cujo processo encontra-se em curso no referido país.

Adicionalmente, a Companhia avalia ainda as oportunidades estratégicas inseridas no contexto do negócio de TV DTH, uma vez que foi notificada pela Sky, em outubro de 2023, sobre a rescisão unilateral do *term sheet* acordado com a Oi, que previa (i) a eventual transferência da integralidade da base de clientes pós-pagos de DTH, em continuidade à sua estratégia de desinvestimento do negócio de TV por assinatura com base na tecnologia DTH; e (ii) a utilização da infraestrutura de IPTV da Oi e a prestação de serviços com relação a essa infraestrutura pela Sky, com o compartilhamento das receitas auferidas entre Oi e Sky. Vale mencionar que o Plano de Recuperação Judicial prevê a venda desta operação, através da UPI DTH, e ainda a alienação de outros ativos, como a operação da Oi Fibra (ClientCo) e a participação na V.tal.

2.10 Planos de negócios

b. aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva, já divulgados pela Companhia

Os Diretores da Companhia esclarecem que as aquisições que podem influenciar de forma material a atual capacidade produtiva referem-se ao volume de equipamentos ONTs para atendimento à demanda por conexão de fibra de novos clientes.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os Diretores esclarecem que a Companhia não possui pesquisas em andamento já divulgadas ou utiliza pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos e serviços internamente. O modelo de negócio operado pela Companhia, baseado na prestação de serviços de comunicação e TI, é alavancado através de soluções inovadoras em parcerias com fornecedores de referência, inclusive na etapa de mapeamento das necessidades de clientes e testes de soluções para o desenvolvimento de novos produtos de parceiros, para manutenção de um portfólio relevante e dinâmico.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Na visão dos Diretores da Oi, investir em sustentabilidade vai ao encontro do nosso propósito de criar novos futuros. É por isso que, mesmo em meio a todas as mudanças que vem acontecendo na companhia nos últimos anos, a Oi não descuidou da Agenda ESG, que é uma de nossas prioridades e está alinhada com o nosso firme compromisso com as diretrizes do Pacto Global, da ONU.

Implementamos diversas iniciativas e projetos sociais, ambientais e de governança ao longo de 2023, como parte do nosso Plano Plurianual ESG. Ele é o principal norteador para avançarmos na gestão de sustentabilidade de forma transversal na Companhia, tendo como uma das principais referências o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3). As ações desenvolvidas fizeram com que avançássemos no ano 6% no resultado do simulado (autodeclarativo e não auditado) que realizamos do ISE B3, atingindo 71% de atendimento aos requisitos em 2023. A seguir detalhamos algumas dessas ações que permitiram alcançarmos esse resultado:

Ambiental

2.10 Planos de negócios

Sistema de Gestão Ambiental (SGA)

Como parte do processo de melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental da Oi, estabelecemos em 2023 uma política corporativa específica para o tema de Meio Ambiente. Também revisamos procedimentos operacionais existentes, adaptando às transformações que vem ocorrendo na companhia, além de estabelecermos alguns novos orientados pelos nossos aspectos e impactos ambientais.

Revisamos ainda nossos planos de emergência ambiental, buscando estarmos preparados para minimizar, mitigar e reparar quaisquer danos ao meio ambiente e às pessoas. De forma complementar, com o apoio do time de Recursos Humanos, revisamos os descritivos de cargos dos colaboradores, atribuindo responsabilidades de gestão ambiental a cargos de todos os níveis hierárquicos.

Gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e mudanças climáticas

Em 2023 os resultados do monitoramento anual que realizamos das nossas emissões de gases de efeito estufa, seguindo as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol, nos permitiu identificar que de 2021 para 2022 conseguimos alcançar uma redução de 45% nas nossas emissões de escopo 1 e de 67% nas emissões de escopo 2. Esses resultados foram alcançados através de um esforço de toda Companhia na implementação de diversas iniciativas: no âmbito do escopo 1 houve a desmobilização e otimização de ativos, substituição de equipamentos obsoletos, redução de frota e do uso de combustíveis fósseis; e no âmbito do escopo 2 a presença de energias renováveis na nossa matriz energética.

Também avançamos na estruturação de uma estratégia climática, identificando oportunidades de redução de emissões, além de revisar e incorporar riscos climáticos ao portfólio de riscos corporativos. Todas essas iniciativas nos permitiram melhorar nosso score de avaliação no questionário de mudanças climáticas do Carbon Disclosure Project (CDP), passando de C para B-.

Gestão Energética

A gestão energética está inserida no plano estratégico da Oi e busca diversificar a sua matriz de consumo, migrando para fontes renováveis com menor custo, além de contribuir com o meio ambiente, principalmente no combate às mudanças climáticas e redução das emissões de carbono.

A estratégia é pautada nos seguintes objetivos:

- Reduzir custos com energia;
- Planejar e controlar o gasto energético;
- Ampliar os projetos estruturantes de fontes alternativas;

2.10 Planos de negócios

- Criar na Companhia uma mentalidade de racionalização de consumo.

Atualmente 59,47% da matriz de energia elétrica da Oi é proveniente de fontes renováveis (biogás, solar e hídrica), a meta é atingir 100% até 2025. No ranking da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) o grupo Oi aparece na 2ª posição como maior consumidor especial do Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Em virtude da aceleração dos projetos estruturantes de energia, em 2023 totalizamos 436 unidades no ACL e uma projeção de migração de mais 56 unidades em 2024, totalizando 492 unidades no Mercado Livre de Energia.

Gestão de resíduos - Logística reversa e economia circular

A nossa equipe de logística reversa, recondicionamento e sobressalentes, responsável pela reutilização de materiais retirados da casa de clientes – como modems, ONTs (Terminais de Rede Óptica), roteadores – faz com que esses equipamentos sejam recondicionados e colocados novamente em uso, evitando o custo da compra de novos equipamentos e o descarte do material no meio ambiente. Em 2023, foram recuperados cerca de 485 mil equipamentos, totalizando em uma economia de capex de R\$57 milhões para a Companhia.

Os resíduos recicláveis resultantes das atividades operacionais são vendidos para empresas de reciclagem que revendem essa matéria-prima para outras indústrias. Com isso, a Oi consegue destinar corretamente esses resíduos além de gerar receita para a Companhia. Em 2023, foram mais de 4.700 toneladas de metais, plásticos, papelão e outros materiais encaminhados para reciclagem, resultando em mais de R\$3 milhões de receita com sua venda.

Social

Desde 2001, o Oi Futuro – Instituto de inovação e criatividade para impacto social - é responsável pelo investimento social privado da Oi. Por meio de sua atuação, a companhia reforça o seu compromisso com a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva, alinhada à agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança) e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU. Constituído legalmente como uma Osci (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), o Oi Futuro está presente em todas as regiões do país com programas e projetos nas áreas de Cultura, Educação e Inovação Social.

Em 2023, o instituto seguiu o seu propósito de conectar e impulsionar pessoas e organizações para a construção de novos futuros para todos e todas, por meio do estímulo à inovação e ao uso criativo das novas tecnologias digitais. Foi também um ano de consolidação de sua estratégia de formação de uma aliança de parceiros investidores ao lado da Oi para ampliação, inovação e sustentabilidade de seus principais programas.

Cultura

Na área de Cultura, em 2023, o Oi Futuro reafirmou seu compromisso com o estímulo à ampla participação social na produção, inovação e fruição da arte e da cultura. Sua estratégia é ancorada

2.10 Planos de negócios

no centro cultural Futuros - Arte e Tecnologia, no Rio de Janeiro, que irradia ações e projetos para o Brasil inteiro por meio de parcerias e colaborações com diferentes atores do ecossistema cultural.

Com galerias e teatro, o centro cultural é voltado para a interseção da arte, ciência e tecnologia, apresentando questões sobre o futuro sob perspectivas plurais e não convencionais. Em 2023, foram realizadas dez exposições e sete espetáculos teatrais no espaço, realizados por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro. O Futuros abriga ainda o Musehum - Museu das Comunicações e Humanidades, que investiga o impacto das tecnologias de comunicação nas relações humanas, a partir de acervo brasileiro desde o século XIX até as tecnologias emergentes, fenômenos contemporâneos e novos comportamentos. No ano passado, o Musehum expandiu suas ações educativas para 160 escolas públicas e organizações sociais com a oferta de 78 ônibus gratuitos. Durante o ano, o Programa Educativo atendeu mais de 5 mil pessoas em visitas mediadas e estações educativas gratuitas.

Em 2023, o Oi Futuro atualizou, pela primeira vez, a marca até então homônima do seu centro cultural: a partir de abril, o espaço passou a se chamar "Futuros - Arte e Tecnologia", numa referência às múltiplas possibilidades de construção de novos futuros. Com nome neutro, o espaço deu as boas-vindas a novos investidores ao lado da Oi. Essa nova aliança permitiu o desenvolvimento de novos projetos voltados para a programação artística, para o Programa Educativo e para a revisão do plano museológico do Musehum. Nesse novo movimento, o Oi Futuro continuou responsável pela gestão cultural e curatorial do Futuros - Arte e Tecnologia, tendo a Oi como principal investidora.

Fora do centro cultural, o Oi Futuro manteve sua linha de patrocínio de festivais de diferentes linguagens em outras regiões do Brasil. Em 2023, foram realizados três festivais, no Rio Grande do Sul e na Bahia, selecionados pelo Programa Oi de Patrocínios Culturais Incentivados. Outro importante programa foi o Cultura Circular, criado pelo British Council e apoiado pelo Oi Futuro, que selecionou oito festivais nacionais para desenvolverem práticas sustentáveis na operação de seus eventos a partir de uma residência artística com realizadores e artistas do Reino Unido. Sua culminância ocorreu na Bienal de Artes da Amazônia, em Belém do Pará.

Educação

Na área de Educação, fruto de convênio público entre a Oi, o Oi Futuro e os governos estaduais de Pernambuco e Rio de Janeiro, o NAVE (Núcleo Avançado em Educação) é um programa de inovação em educação que mantém duas escolas públicas estaduais na modalidade Ensino Técnico Integrado à Educação Profissional no Rio de Janeiro e em Recife. Em 2023, 394 jovens de Recife e do Rio de Janeiro se graduaram nos cursos técnicos de Programação de Jogos Digitais e Multimídia, totalizando mais de 3.880 estudantes formados desde 2006 pelas duas escolas do programa.

Um levantamento realizado com cerca de 700 egressos revelou que 93% dos jovens ingressaram no Ensino Superior, sendo metade deles em áreas relacionadas à formação tecnológica. Além disso, 86% dos ex-alunos estão empregados e 43% dos egressos entre 25 a 39 anos têm hoje

2.10 Planos de negócios

renda superior a cinco salários mínimos. O estudo também confirmou o perfil de inclusão do programa NAVE: 65% vinham de famílias com renda total até 2 salários mínimos e 58% se identificam como pessoas negras ou pardas.

Inovação Social

Na área de Inovação Social, o Oi Futuro realizou dois programas de aceleração de negócios e organizações da Economia Criativa para impacto social: o Impulso, que está na sua quinta edição no estado do Rio de Janeiro, e o Move_MT, que iniciou sua segunda edição no estado de Mato Grosso. Ambos os programas têm o objetivo de fortalecer empreendedores criativos para a transformação social. No Sudeste, o programa é realizado pelo Instituto Ekloos com patrocínio da Oi e da Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Já no Centro-Oeste, é viabilizado por convênio do Oi Futuro com a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT).

Colaboradores

As nossas atitudes, que marcam a atuação da Oi, só se realizam na prática pelas ações cotidianas dos nossos profissionais. São diversos colaboradores que atuam em diferentes áreas ao redor do Brasil. Aqui na Oi, a gente valoriza um ambiente de trabalho próspero e saudável, conciliando as prioridades do negócio com as necessidades individuais. Além de remuneração e benefícios compatíveis com o mercado, nós promovemos o desenvolvimento pessoal e profissional através da aprendizagem contínua, e não abrimos mão da saúde, da segurança e das ações para garantir a qualidade de vida do nosso time. Além disso, primamos pela transparência em nossas comunicações. Fazemos pesquisas constantes, compartilhamos os resultados e todos os insumos são usados para continuarmos evoluindo a nossa jornada de experiência. É com esse olhar atento que direcionamos ações de forma respeitosa e efetiva.

Além disso, para impulsionar a agenda ESG na Oi e contribuir com os seus desafios através de ações direcionadas à nossa força de trabalho, atuamos em 2023 em diversas frentes de Diversidade e Inclusão que nos ajudaram a construir na Companhia uma cultura inclusiva e um ambiente seguro, plural e inovador. Destacamos iniciativas como o lançamento do Programa Vozes Plurais, que tem como objetivo promover uma cultura ainda mais inclusiva na companhia através de pessoas que queiram atuar como aliados do tema diversidade dentro da Oi. O Programa Liderança Feminina, que tem como objetivo fortalecer uma cultura inclusiva de gênero por meio da promoção de práticas de desenvolvimento que despertem os talentos e habilidades das mulheres, reforçando a equidade de oportunidades. Além disso, realizamos o processo corporativo de autodeclaração com 85% de adesão na atualização nos dados de raça de toda força de trabalho.

Outro programa de destaque, vencedor do Prêmio Diversidade na Prática, da Consultoria Blend Edu, foi o Desenvolve PCD. A iniciativa é destinada a universitários com deficiência, principalmente da área de tecnologia, visando promover o desenvolvimento acelerado desses profissionais, investindo na construção de suas carreiras dentro da Oi, além de fomentar a

2.10 Planos de negócios

diversidade dentro da Companhia. O programa recebeu mais de 750 inscrições e resultou na contratação de 15 novos colaboradores.

Governança

O sistema de governança no qual a Companhia está inserida engloba seu estatuto social, estrutura societária, estrutura organizacional, políticas, procedimentos e práticas adotadas.

O atual Estatuto Social da Companhia, aprovado em setembro de 2018 e alterado em 26 de abril de 2019, 16 de outubro de 2020, 19, 30 de abril de 2021, 1 de dezembro de 2022, 16 de março e 4 de julho de 2023, caracteriza-se pela adoção de elevados padrões de governança corporativa, que incluem, dentre outros pontos: (i) conversibilidade das ações preferenciais, quando e nas condições aprovadas pelo Conselho de Administração; (ii) mínimo de 20% de conselheiros independentes, nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (iii) vedação à acumulação de cargos de Presidente do Conselho e Diretor Presidente ou principal executivo; (iv) obrigatoriedade do Conselho de Administração se manifestar sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da Oi; (v) obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de cancelamento de registro de Companhia aberta ou saída do Nível 1 de Governança Corporativa, exceto em caso de ingresso no Nível 2 de Governança Corporativa ou no segmento do Novo Mercado; e (vi) obrigação de resolução de disputas e controvérsias por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.

Atualmente, o Conselho de Administração da Companhia é composto por entre 7 (sete) e 9 (nove) membros titulares (artigo 24 do Estatuto Social), sendo que, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de março de 2023, foi aprovada a fixação do número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros.

Todos os membros possuem perfis profissionais diversos e complementares e são independentes, com exceção do Sr. Mateus Affonso Bandeira que também atua como Diretor Presidente da Companhia.

Com o objetivo de aperfeiçoar sua governança e alinhá-la aos desafios e necessidades que se apresentam, a Companhia possui atualmente quatro comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, quais sejam: Comitê de Auditoria, Riscos e Controles ("CARC"); Comitê de Estratégia e Inovação ("CEI"); Comitê de Gente, Nomeações e Governança ("CGNG"); e Comitê de Operações e Finanças ("COF").

Cabe destacar que o CARC é um comitê estatutário, conforme Resolução CVM nº 23/21, composto por quatro conselheiros independentes; o CEI, criado em 22 de fevereiro de 2023, é um comitê responsável por acompanhar e supervisionar a implementação e execução do plano estratégico e as políticas de desenvolvimento sustentável da Companhia e suas controladas, além de supervisionar o posicionamento estratégico comercial, planejamento operacional e os indicadores de qualidade, definindo as respectivas metas e cronogramas; o CGNG é responsável por zelar pela contínua adoção das melhores práticas de governança corporativa e conduta empresarial, bem como supervisionar a estratégia de recursos humanos da Companhia; e o COF, criado em

2.10 Planos de negócios

22 de fevereiro de 2023, é responsável por acompanhar, discutir e recomendar as estratégias financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo sua estrutura de capital, gestão de resultados financeiros e gestão de política de riscos. Em relação às suas Assembleias Gerais, a Oi vem, consistentemente, adotando a prática de estender o direito de voto aos titulares dos ADRs e a Companhia tomou a decisão de fazer as suas assembleias de forma 100% digital, visando facilitar e estimular a participação dos seus acionistas, bem como disponibiliza em seu website e no website da CVM e da B3, a cada convocação, um Manual e Proposta da Administração para a participação dos acionistas nas Assembleias Gerais, que oferecem informações sobre as matérias a serem discutidas, modelos de procuração para os acionistas, dentre outras informações.

Gestão de riscos

A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a Companhia, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis.

Neste sentido, ao longo de 2023 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na Companhia, entre elas destacamos:

- Revisão do Portfólio de Riscos Corporativos para que esteja conectado com a Nova Oi - Riscos e fatores de riscos corporativos foram atualizados junto à Alta Administração e ao Conselho de Administração com foco no plano estratégico.
- Mapeamento e monitoramento de ações junto as áreas de negócios - Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeadas ações de redução para cada risco e fator de risco.
- Empoderamento de risk owners e fortalecimento do accountability - Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam constas sobre a "jornada do risco" na Companhia.
- Monitoramento de riscos em fóruns executivos especializados - Estes comitês são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.

2.10 Planos de negócios

- Gestão de Riscos na Prática - Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos.

Este conjunto de iniciativas é regido pela Política de Gestão de Riscos revisada e aprovada periodicamente pelo Conselho de Administração e disponível no site de relações com investidores da Companhia, compondo um verdadeiro sistema de gerenciamento de riscos que inclui inter-relações entre riscos, estratégia, processos, pessoas, tecnologia e conhecimentos, visando a maior cobertura e abrangência possível para se antecipar e prevenir possíveis materializações e efeitos adversos.

Privacidade

Considerando o tema Privacidade uma condição indissociável do desenvolvimento empresarial sustentável, o ano de 2023 foi um ano de manutenção dos pontos fortes e busca por incremento de nossa maturidade. Nesse sentido, foram destaques do Programa Oi de Privacidade em 2023:

- 945 Atendimentos a requisições internos, com o objetivo de promoção do privacy by design (avaliação de riscos em projetos, contratos, dúvidas, due diligence e afins);
- 34 Interações internas para conscientização e treinamento sobre o tema Privacidade e Segurança da Informação;
- 605 Solicitações de direitos de titulares de dados atendidas, via portal de privacidade;
- Estruturação de novo processo centralizado para avaliação de riscos de privacidade, governança e segurança da informação, primando pela avaliação ágil e coesa entre as áreas técnicas.

Além disso, sustentamos uma atuação diligente e proativa em consultas públicas e tomadas de subsídio para regulamentação da LGPD no Brasil, seja de forma individual, seja em conjunto com demais atores do setoriais e/ou cross setorial.

Conformidade

Em 2023, a Oi com o apoio de ferramentas e com foco em prevenção, detecção, remediação e monitoramentos realizou a melhoria continua do Programa de Conformidade, destacamos abaixo algumas ações:

- Comunicação: Campanhas diversas foram realizadas para disseminar a cultura de Conformidade dentro da Companhia, tratando de temas como Brindes e Presentes, Relacionamento com Agentes Públicos, Canal de Denúncias, entre outros;

2.10 Planos de negócios

- Canal de Denúncias: Foram recebidas 501 denúncias através do canal e 17% dessas denúncias foram classificadas com procedente, resultando em aplicação de 55 medidas disciplinares;
- Diligência de Terceiros: O nosso processo de Análise de Integridade foi aprimorado, buscando maior otimização, trilha de auditoria de toda a cadeia e incremento na maturidade das avaliações.
- Monitoramento: Reforçamos os controles e trabalhamos na melhoria contínua e no monitoramento de ações do Programa de Conformidade, principalmente, através do acompanhamento dos nossos red flags automatizados que visam dar maior eficiência ao processo.
- Posicionamento: Fomos homenageados pelo Instituto Ethos pela parceria e fomento dos temas de Conformidade e ESG no mercado.
- Reconhecimento: Fomos premiados pela CGU e recebemos o Selo de empresa Pró-Ética 22/23.

Nossa reputação é um dos nossos maiores ativos, e para garantir que ela seja preservada contamos com direcionadores que orientam a conduta dos nossos colaboradores, terceiros, parceiros de negócio e fornecedores, reforçando o compromisso ético da Oi em todas as relações, promovendo a transparência e o fortalecimento de nossos valores organizacionais.

Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios

Diretamente conectado ao gerenciamento de riscos, o Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios (SGCN) da Oi visa a prevenção e tratamento de eventos que possam afetar a continuidade dos seus negócios e operações, preservando ativos e a prestação dos serviços para o que temos de mais valioso, nossos clientes.

A metodologia do SGCN Oi é baseada na ISO 22301, melhores práticas de mercado e requisitos regulatórios, e consiste no desenvolvimento de planos estruturados multidisciplinares e integrados em um ciclo composto das etapas de Planejamento, Preparação, Resposta, Retomada e Melhoria Contínua, incluindo para além de medidas preventivas, protocolos de gerenciamento de crises e tempestivo tratamento de eventos de risco de modo a assegurar o prosseguimento dos processos de negócio mais críticos, evitando que eles sofram danos significativos e provoquem perdas.

Vale destacar ainda que em 2023 a Oi evoluiu o seu Sistema de Gerenciamento de Continuidade de Negócios (SGCN) reforçando a maturidade do tema na Companhia e aprimorando a capacidade de resposta aos cenários de crise trabalhados no período de 2023.

Acreditamos e no que estamos engajados, em um SGCN que proteja acima de tudo, nossos clientes e garanta bases sólidas para nossas operações no presente e no futuro.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os Diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui políticas de gerenciamento de riscos formalizadas e publicadas internamente, tais como as Políticas de "Gestão de Riscos Corporativos", e de "Tesouraria" (Política de Investimentos, Política de *Hedge* e Política de Captações).

Em 2020, a Companhia consolidou seu processo de revisão e implementação de sua Política e metodologia de gestão de riscos corporativos estando aderente as normas e melhores práticas relacionadas, tais como "COSO ERM" e "ISO 31000". Implementada em 2019 a Política passou por revisão para atualizações e teve sua última versão vigente aprovada pelo Conselho de Administração em junho de 2023.

A Companhia monitora os principais riscos de mercado através das regras definidas em suas políticas de Investimento, de *Hedge* e de Captação, que conjuntamente compõem a Política de Tesouraria. Aprovada pelo Conselho de Administração no dia 4 de fevereiro de 2010, atualizada em janeiro de 2016 e aditada em agosto de 2017. Em abril de 2023, houve uma nova revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Oi acredita genuinamente na gestão de riscos como uma ferramenta indispensável para seu sucesso empresarial e atingimento de objetivos estratégicos. Trata-se de parte integrante e fundamental da governança necessária para o crescimento sustentável, rentabilidade, preservação e geração de valor para a empresa, acionistas e clientes, dado que este processo permite a identificação não somente de ameaças, como também de oportunidades.

Riscos são inerentes a qualquer atividade de negócio, por isso é preciso conhecê-los e gerenciá-los adequadamente. Um efetivo processo de gestão de riscos vai muito além de apenas estar aderente a normas e melhores práticas de mercado, é preciso ter como finalidade prevenir e gerenciar os riscos de maneira eficaz, permitindo que responsáveis, em todos os níveis da governança, tenham acesso tempestivo a informações suficientes relacionadas aos riscos aos quais estão expostos, de forma a suportar decisões e definir estratégias de mitigação que diminuam a probabilidade e minimizem eventuais impactos a níveis aceitáveis.

A Companhia está exposta, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juros, que impactam: (1) os passivos da Companhia denominados em moeda estrangeira; (2) os passivos da Companhia denominados em CDI e (3) o valor justo e o fluxo de caixa de suas operações financeiras. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

é administrar as exposições a estes riscos, estabelecer parâmetros de risco aceitáveis com base na Política de *Hedge* observada pela Companhia e mencionado no item "ii" abaixo.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Em relação aos riscos financeiros, em 2023 estivemos expostos, principalmente, ao risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio, que impactam os nossos passivos denominados em moeda estrangeira, quais sejam, Dólar e Euro, além das variações nas taxas de juros, que afetam o fluxo de caixa das operações financeiras. Focada em proteger o fator de risco "moeda", para minimizar esse risco, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo.

Já o risco de liquidez é constantemente monitorado para garantir que o Fluxo de Caixa Operacional e os recursos disponíveis sejam suficientes para honrar os compromissos de curto prazo assumidos com entidades externas, além de necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado. Para mitigar este risco, a Companhia estabelece um Caixa Mínimo, que é monitorado mensalmente e, caso haja possibilidade de desenquadramento em um horizonte prospectivo de no mínimo 6 meses, os alertas, reportes e ações são disparados e levados para os Comitês da Companhia.

Em relação ao risco de crédito, a Companhia o mitiga distribuindo as operações em instituições de primeira linha, ou seja, em contrapartes de "rating" AAA, AA, A e de risco soberano, evitando, ainda, o risco de concentração.

De forma mais ampla, ao longo de 2023 foram inúmeras as medidas implementadas para aperfeiçoar e tornar ainda mais efetivo este processo na companhia, entre elas destacamos:

- Processo de **risk assessment mais conectado a estratégia**

Riscos e fatores de riscos corporativos foram e são atualizados junto a Alta Administração e Conselho com foco no plano estratégico da Nova Oi.

- Mapeamento e monitoramento de **ações junto as áreas de negócios**

Para além de riscos corporativos estratégicos também foram mapeados ações de redução para cada risco e fator de risco.

- Empoderamento de **Risk Owners** e fortalecimento do **accountability**

Para cada risco são designados executivos responsáveis e facilitadores que periodicamente prestam constas sobre a "jornada do risco" na Companhia.

- Acompanhamento de **comitês e fóruns executivos especializados**

Estes comitês e fóruns são compostos por times multidisciplinares de alto nível técnico para supervisão e assessoramento da Alta Administração sobre riscos específicos conforme natureza e escopo de cada comitê e portfólio.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- **Gestão de Riscos** na prática

Acreditamos em um gerenciamento de riscos próximo as pessoas no dia a dia, presente em reuniões de trabalho e útil no processo de tomada de decisão, como uma ferramenta de gestão disponível. Para isto, investimos cada vez mais em treinamentos e comunicações internas que capacitem liderança, colaboradores e parceiros na gestão de riscos.

Em 31 de dezembro de 2023, as operações de proteção cambial, contratadas junto às instituições financeiras com o objetivo de minimizar o risco cambial são principalmente contratos de NDF – *Non Deliverable Forward* de US\$/R\$ e, referem-se a operações de compra de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, foram registrados como resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos, os montantes apresentados abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2023	2022	2023	2022
Operações de termo em moedas – resultado	(5.464)	(115.742)	(5.464)	(115.742)
Operações de termo em moedas – resultado	(2.360)	(2.244)	(2.360)	(2.244)
Total	(7.824)	(117.986)	(7.824)	(117.986)

E foram registradas em outros resultados abrangentes as movimentações abaixo referentes aos *hedges* cambiais designados para fins de contabilidade de *hedge*:

Quadro da movimentação dos efeitos de contabilidade de " <i>hedge</i> " em outros resultados abrangentes		
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 2022	(368)	(368)
Amortização dos " <i>hedges</i> " ao resultado	102	102
Saldo em 2023	(266)	(266)

Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

De acordo com a Política de *Hedge*, a Diretoria de Tesouraria acorda com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano vigente.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os riscos de mercado a que a Companhia e suas subsidiárias estão expostas são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão.

A quantificação da exposição a estes fatores de risco é realizada a partir do saldo das dívidas, aplicações e derivativos que estão sujeitas à possibilidade de flutuações de moedas (principalmente, dólar norte-americano) e taxas de juros (CDI e TR), atualmente.

Após a homologação do primeiro Plano de Recuperação Judicial e a conclusão do processo de novação de suas dívidas, em 31 de julho de 2018, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia de *hedge* para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Diferentemente de anos anteriores, a Companhia não possui mais como Diretriz de Riscos um Impacto Máximo no Lucro Líquido. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros, se aplicável, através do monitoramento da exposição cambial.

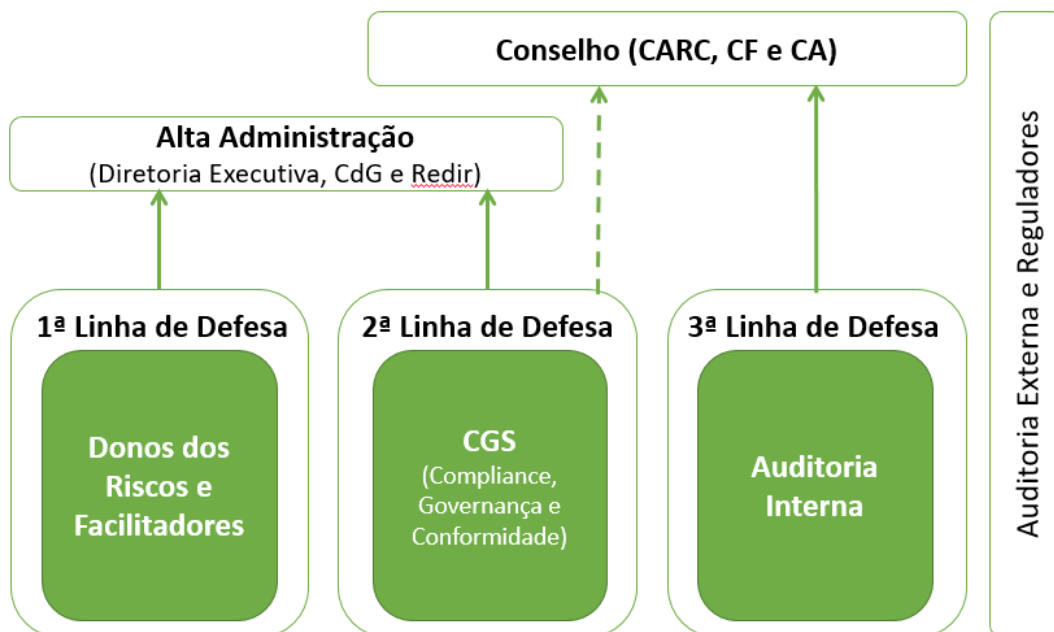
Para minimizar esse tipo de risco, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia manteve a contratação de operações de proteção para a exposição cambial de fluxo de caixa de curto prazo, na modalidade contrato a termo em moeda para os juros do "*DIP Loan*" vencidos mensalmente, bem como para a parcela relevante das despesas denominadas em Dólar até fevereiro do ano vigente

O percentual de cobertura cambial para os efeitos da exposição cambial no resultado financeiro dos Empréstimos e Financiamentos contratados é de 32,6%. Neste percentual estão incluídos os impactos cambiais sobre o ganho de ajuste a valor justo.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A estrutura organizacional da Companhia envolvida no gerenciamento de riscos e controles baseia-se no modelo de 3 linhas de defesa, assegurando o adequado tratamento dos riscos em todos os níveis, conforme ilustrado abaixo:



Para Companhia, o gerenciamento de riscos e controles não é um evento isolado de responsabilidade de uma única área, mas faz parte de um processo estruturado que requer o engajamento de todos na empresa. Abaixo listamos um resumo das responsabilidades dos principais agentes envolvidos no processo de gestão de riscos na Oi:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (CA)

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos da Empresa.
- Aprovar as diretrizes para o estabelecimento da estrutura, governança e processo de gestão de riscos.
- Aprovar o grau de apetite a risco aceitável da Empresa.
- Deliberar sobre medidas necessárias para garantir o alinhamento entre o apetite ao risco e a execução das estratégias.
- Avaliar periodicamente os riscos reportados e acompanhar as ações de gestão de riscos.
- Garantir que os sistemas de gestão de riscos e de controle interno estejam estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos corporativos.

COMITÊ DE AUDITORIA, RISCOS E CONTROLES (CARC)

- Validar as diretrizes para a estrutura, governança e o processo de Gestão de Riscos.
- Propor o apetite a risco da Empresa ao Conselho de Administração.
- Recomendar ao Conselho de Administração as edições desta política.
- Supervisionar os controles internos e gerenciamento de riscos.
- Compreender, avaliar e acompanhar o mapa de riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Efetuar o reporte ao Conselho de Administração sobre os níveis de risco (altos e significativos).
- Recomendar o aperfeiçoamento da estrutura de Governança de Gestão de Riscos (metodologia, processos, sistemas).

CONSELHO FISCAL (CF)

- Conhecer os riscos da Companhia e definir/dialogar com os agentes integrantes do processo de gestão de riscos sobre os tipos, formatos e periodicidade da informação de que necessita para cumprir seu dever de fiscalização buscando reunir dados para subsidiar a formação de sua opinião sobre atos de gestão e demonstrações financeiras.

COMITÊ DE GESTÃO (CdG)

- Propor diretrizes e estratégias para a gestão de riscos.
- Revisar o planejamento de trabalho para a gestão de riscos.
- Avaliar o mapa de riscos e o tratamento dos riscos
- Aprovar os Donos dos Riscos.
- Avaliar o andamento das ações para a mitigação dos riscos (planos de ação).
- Acompanhar e garantir o reporte das mudanças na avaliação de criticidade dos riscos para o CARC.
- Comunicar à área de Gestão de Riscos a existência de riscos ainda não mapeados e tratados ou mudança significativa na probabilidade, no impacto ou qualquer outra característica do risco.
- Garantir que o mapa de riscos seja atualizado junto aos Executivos da Empresa sempre que houver atualizações no planejamento estratégico da Empresa ou sempre que fatos relevantes ocorrerem.
- Entender a metodologia de cálculo do apetite a risco.
- Monitorar e, quando necessário, solicitar a atualização do apetite ao risco.

DONOS DOS RISCOS E FACILITADORES

- Efetuar revisão técnica do risco, do fator deste risco, das respostas e da avaliação do risco e elaborar a ficha de riscos.
- Coordenar a implantação das ações necessárias, inclusive com o envolvimento de outras áreas, alinhadas ao plano de resposta para a mitigação dos riscos.
- Desenvolver indicadores para monitorar os resultados ao risco sob gestão.
- Efetuar reportes periódicos a área de Gestão de Riscos sobre o desenvolvimento de ações para a mitigação dos riscos.
- Realizar a avaliação do risco em relação à sua probabilidade e ao seu impacto.
- Comunicar à área de Gestão de Riscos eventuais mudanças significativas na probabilidade e no impacto ou qualquer outra característica do risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

DIRETORIA DE GOVERNANÇA, RISCOS E COMPLAINE (GRC)

GERÊNCIA DE RISCOS E CONTROLES

- Garantir ao Conselho de Administração e CEO o acesso à informação clara e objetiva sobre os principais riscos e como estes são geridos de forma tempestiva.
- Ser a guardiã da metodologia de gestão de riscos da Empresa.
- Estabelecer e difundir a metodologia de gestão de riscos na Empresa.
- Atuar como link entre o Dono de Risco, CDG e CARC.
- Transmitir conhecimento sobre riscos e gestão de riscos aos colaboradores.
- Estabelecer e manter atualizados a Política e o Manual de Gestão de Riscos, assim como padrões e mecanismos de reporte próprios de informações.
- Propor a metodologia do cálculo do apetite a risco.
- Calcular e atualizar o valor do apetite a risco anualmente ou quando da ocorrência de eventos relevantes.
- Promover a disseminação de uma cultura de gestão de riscos.
- Assessorar o Dono do Risco na definição ou identificação de iniciativas mitigatórias e indicadores para o monitoramento dos riscos.
- Manter e coordenar a atualização do mapa dos riscos.
- Revisar e atualizar a Régua de Probabilidade e Impacto.
- Reportar o mapa de riscos e o status das ações mitigatórias no CDG e CARC.
- Monitorar as exposições de riscos da Empresa, a adequação dos planos de resposta e a eficácia dos controles internos. Definir um plano de trabalho de controles internos baseado nos processos diretamente associados aos riscos corporativos.
- Assessorar donos e facilitadores no mapeamento de controles internos e processos que compõem o plano de respostas aos riscos.
- Reportar os resultados dos testes dos controles que atuam na mitigação de riscos corporativos.

AUDITORIA INTERNA

- Avaliar a efetividade dos mecanismos de controle e gestão de riscos quanto ao nível de confiabilidade, integridade, eficiência das operações e cumprimento com leis e regulamentos.

O gerenciamento de riscos financeiros é realizado considerando a estrutura consolidada do Grupo Oi em três níveis: estratégico, tático e operacional.

Na esfera estratégica, a Diretoria da Companhia acorda, com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida.

No nível tático, cabe ao Comitê de Gestão de Riscos Financeiros supervisionar o cumprimento da Diretriz de Risco, níveis de exposição a riscos financeiros e enquadramento à Política de *Hedge*. O Comitê de Gestão de Riscos Financeiros reúne-se mensalmente e é atualmente composto pela Diretora de Finanças e Relações com Investidores, Diretora de Governança, Riscos e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Conformidade, Diretor de Tesouraria, além de no máximo mais dois diretores adicionais da Diretoria de Finanças e no mínimo um Diretor ex-Finanças.

O controle operacional é realizado pela Gerência de Riscos Financeiros, responsável pelo monitoramento da aderência das operações financeiras à Política de *Hedge*, tendo implementado controles para assegurar tal objetivo.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional e de controles internos assegura com razoável segurança a efetividade das Políticas de gerenciamento de riscos adotadas, mas trabalha permanentemente no aperfeiçoamento contínuo destes mecanismos.

Com a aprovação da Política de *Hedge*, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, responsável pela supervisão do enquadramento a essa Política de *Hedge*, através da análise de apresentações realizadas em reuniões ordinárias mensais. Tais apresentações são elaboradas pela Gerência de Riscos Financeiros, que monitora a aderência das operações financeiras aos limites estabelecidos pela Política de *Hedge*, incluindo limites de concentração, qualidade de crédito de contrapartes e alçadas de aprovação para contratação de operações. Após a aprovação do Plano de Recuperação Judicial, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos *covenants* financeiros, se aplicável

A Gestão de Riscos Financeiros também faz parte de um processo mais amplo, que engloba o monitoramento dos controles internos de toda a Companhia, inclusive para o cumprimento da legislação e regulamentação norte-americana. A Diretoria de Controladoria da Companhia elabora um relatório de monitoramento da eficácia do ambiente de controles para todos os processos críticos da organização, onde inclui-se o processo de Gestão de Riscos Financeiros, relatório este que é enviado para os responsáveis pelos processos. O envio deste relatório objetiva a mitigação dos riscos corporativos, por meio de sua adequada gestão dos controles e eventuais implementações de planos de ação.

Considerando a estrutura detalhada acima, entendemos que a estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade das políticas encontram-se adequadas.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O monitoramento do nosso ambiente de controles internos é um processo contínuo e planejado com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia, manter razoável segurança do atingimento dos objetivos, bem como suportar a preparação das demonstrações financeiras para apresentação externa de acordo com os princípios contábeis aplicáveis.

Nosso sistema de controles internos é baseado em modelos internacionalmente reconhecidos como COBIT (*Control Objectives for Information and related Technology*) e COSO (*Committee of Sponsorship Organizations of the Treadway Commission*), fazendo uso de fases estabelecidas nesses frameworks, tais como: (i) Controles de alto nível (*Entity Level Controls*); (ii) Controles de Sistema de Informação (*IT Level Controls*); e (iii) Controles de nível dos processos (*Process Level Controls*). Adicionalmente, foram identificados os objetivos necessários para assegurar que os processos, sistemas e unidades de negócios com impacto nos relatórios financeiros possuem controles adequados e em operação, mitigando os riscos relacionados.

Especificamente sobre o exercício de 2023, não foram observados novos pontos no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado pelo auditor independente à Companhia que pudessem impactar a avaliação da Administração em relação à eficácia dos controles internos.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Vide item 5.1.b.iii deste formulário.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Companhia possui uma clara governança estabelecida para supervisão e acompanhamento do gerenciamento de riscos e controles internos. Nesta governança os resultados das avaliações de riscos e controles, bem como ações de melhoria necessárias, são tempestivamente reportados e discutidos com todos os agentes envolvidos conforme mencionados nos papéis e responsabilidades descritos no item 5.1.b.iii deste formulário.

Em resumo, a eficiência do ambiente de controles na mitigação dos riscos é supervisionada pela Alta Administração (CEO, CFO e Diretoria Executiva) diretamente e/ou por meio de comitês executivos tais como CdG (Comitê de Gestão) e REDIR (Reunião de Diretoria Estatutária), bem

5.2 Descrição dos controles internos

como por órgãos de Conselho como Comitê de Auditoria, Riscos e Controles, Conselho Fiscal e próprio Conselho de Administração.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Durante o processo de auditoria do exercício de 2023 não foram observadas recomendações, reportadas pelo auditor independente, que pudessem impactar a avaliação da Administração em relação à eficácia dos controles internos.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Estamos comprometidos em continuar a melhorar nossos processos e continuaremos a revisar diligentemente nossos controles e procedimentos de relatórios financeiros, a fim de garantir nossa conformidade com os requisitos e regras aplicáveis à devida apresentação de nossas informações financeiras.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e atos ilícitos praticados contra a administração pública.

- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**
 - i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia estabeleceu políticas, controles e procedimentos, preventivos e detectivos, para mitigação dos riscos de integridade inerentes às suas atividades. A gestão de riscos implementada visa assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, o fortalecimento e a conformidade do ambiente de controles internos, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade do negócio, bem como disseminar a cultura de conformidade para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis à Companhia.

Os controles são revisados e auditados anualmente, e incluem dentre outras práticas, a avaliação de integridade de fornecedores e parceiros, patrocínios, franquias, consórcios para licitações públicas, vendas de ativos, fusões e aquisições. Na avaliação dos riscos de integridade, são realizadas verificações com relação a pessoas politicamente expostas (PPE), mídias negativas e listas restritivas, além de avaliação complementar sobre a maturidade do terceiro em termos de boas práticas de conformidade.

Para estabelecer as diretrizes e regras deste programa, a Companhia possui uma série de normativos, como o Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção, o Guia de Boas Práticas no Relacionamento com Agentes Públicos e a Política de Brindes, Presentes e Outras Hospitalidades, que são revisados a cada 2 anos e formalmente aprovados pela Alta Administração.

De forma a identificar e permitir atuação tempestiva em casos de não conformidade é mantido um canal confidencial para reporte disponível para colaboradores e terceiros, e foram estabelecidas ferramentas de monitoramento, como *red flags* e indicadores de performance, que são executados mensalmente pela diretoria de Governança, Riscos e Compliance e reportados à Alta Administração, Comitê de Integridade e Comitê de Auditoria Riscos e Controles (CARC).

5.3 Programa de integridade

- ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Para gestão do tema, foi criada em dezembro de 2015, a Diretoria Governança, Riscos e Compliance, cuja a principal atribuição é a elaboração, implementação e o monitoramento do Programa de Conformidade da Companhia, programa este que aborda todas as ações necessárias para prevenir, detectar e sanar possíveis desvios de conduta ou condução de práticas ilícitas dos nossos colaboradores, fornecedores e parceiros, além de ilícitos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A partir de 2023 a Diretoria de Compliance passou a ser denominada Diretoria de Governança, Riscos e Compliance. O Diretor da área responde diretamente ao Diretor Presidente da Companhia, e reporta periodicamente a evolução do programa ao Comitê de Auditoria, Riscos e Controle, comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, e ao próprio Conselho de Administração. A estrutura de governança da companhia está disponível em: <https://ri.oi.com.br/governanca/conselhos-e-comites/>.

- iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando: (a) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados; (b) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas; e (c) o órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética e Conduta foi aprovada pelo Conselho de Administração em outubro de 2022. O Código de Ética e Conduta e demais normativos aplicam-se a todos os colaboradores próprios e terceiros representantes da companhia, diretores e membros do Conselho de Administração. Todos, independentemente de nível hierárquico e função exercida, devem obrigatoriamente aderir formalmente, bem como disseminar e respeitar as exigências estabelecidas nestes normativos. Para os nossos fornecedores, terceirizados, representantes e parceiros comerciais, a companhia criou o Guia de Condutas Esperadas de Terceiros, visando estabelecer as diretrizes éticas e de integridade em todas as atividades deste público com a companhia.

A companhia realiza campanhas de comunicação para disseminação da cultura de integridade e disponibiliza um treinamento de conformidade, em sua plataforma de treinamento *online* (Oi Educa), onde aborda temas sobre ética e demais temas relacionados, como conflitos de interesse,

5.3 Programa de integridade

boas práticas no relacionamento com agentes públicos, anticorrupção, assédio moral, dentre outros, para a conscientização e capacitação de todos os colaboradores, incluindo os gestores e a alta administração. A realização deste treinamento é obrigatória para todos os colaboradores da Companhia que ao final do curso, devem realizar uma avaliação sobre os temas abordados. Além deste treinamento, são realizados outros, presenciais ou virtuais, sobre diversos temas de Compliance, direcionados a áreas específicas, incluindo os membros da alta administração.

A companhia incentiva o diálogo entre os colaboradores como forma de tratar eventuais descumprimentos do Código de Ética e Conduta, entretanto, no caso de violação do código ou de outras políticas relacionadas, as penalidades são aplicadas de acordo com o Regime Disciplinar, podendo ser: Advertência Verbal, Advertência Escrita, Suspensão e Dispensa (com ou sem justa causa).

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo: (i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros; (ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados; (iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé; e (iv) o órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

A Companhia disponibiliza um canal de denúncias, operado por empresa independente e amplamente divulgado, tanto internamente (Intranet Corporativa) como externamente (website da Oi e no Portal de Relações com Investidores), sendo gerido pela equipe de Auditoria Interna até o início de maio de 2021, quando passou a fazer parte da Diretoria de Governança, Riscos e Compliance. O canal de denúncia está disponível em <http://www.canalconfidencial.com.br/oi/> ou pelo telefone 0800 2822088, e todos os colaboradores, terceiros ou qualquer pessoa com ou sem vínculos com a Oi que identifique, com base em acontecimentos, uma suspeita ou evento de irregularidade que infrinja o Código de Ética e Conduta da Oi, normas internas ou a legislação vigente, em especial à Lei Anticorrupção (12.846/2013), pode registrar uma manifestação no Canal de Denúncias Oi.

O processo estabelecido garante que todas as denúncias sejam apuradas, sendo garantida a confidencialidade de todos os envolvidos assim como a não retaliação dos denunciantes. As denúncias podem ser apresentadas anonimamente ou de forma identificada. O Comitê de Integridade é o órgão responsável por avaliar e recomendar as sanções em casos de desvios de conduta, e é formado por 4 (quatro) diretores da Companhia, provenientes de diversas áreas. As sanções pelo descumprimento do Código de Ética e Conduta, são aplicadas de acordo com o regime disciplinar da companhia, podendo ser executadas por meio de advertência verbal, escrita, suspensão ou rescisão do contrato de trabalho, independentemente de eventual abertura de processo judicial.

5.3 Programa de integridade

- c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não há registros de casos de fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos 3(três) exercícios.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificação das razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável.

O Código de Ética e Conduta e demais políticas que compõem o Programa de Conformidade são documentos públicos e estão disponíveis no Portal de Relações com Investidores. em <https://ri.oi.com.br/governanca/codigos-politicas-e-regimentos/>.

5.4 Alterações significativas

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Quando comparado a 2022, os principais riscos de mercado ao qual a Companhia está submetida, quais sejam, câmbio e juros, não sofreram modificações.

A Companhia realiza monitoramento e análise crítica permanente do seu ambiente de riscos e controles associados, incluindo os riscos de mercado (risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo e risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez através das regras definidas em sua Política de Tesouraria, que engloba a Política de Investimentos, a Política de Hedge e a Política de Captação.

Após a aprovação do primeiro PRJ, com seus novos fatores de risco mensurados, a Companhia aprovou junto ao Conselho de Administração uma nova estratégia para mitigar riscos decorrentes da exposição cambial nos seus passivos financeiros, estando apta a implementá-la a partir de então. Em linha com os pilares da Política de *Hedge*, a estratégia tem como foco a preservação do fluxo de caixa da Companhia, a manutenção da liquidez e o cumprimento dos "covenants" financeiros, se aplicável.

O gerenciamento dos riscos financeiros é realizado pela Diretoria de Tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Os demais riscos são tratados por outras áreas com o acompanhamento da Diretoria de Governança, Riscos e Conformidade (GRC) que monitora todos os riscos corporativos da Companhia e seus controles internos de acordo com a Política mencionada no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Especificamente sobre eventuais alterações significativas e nossas expectativas sobre exposição aos principais riscos descritos na seção 4, destacamos o novo pedido de recuperação judicial pela Companhia em 2023. Em 31 de janeiro de 2023, a Companhia, requereu ao Juízo da Recuperação Judicial, em conjunto com suas subsidiárias PTIF e Oi Coop ("Requerentes"), o pedido de tutela de urgência cautelar para suspensão da exigibilidade de certas obrigações assumidas pela Companhia, visando a proteção do seu caixa, e, conseqüentemente, a continuidade das negociações com os seus credores de forma equilibrada e transparente. Em 3 de fevereiro de 2023, a Companhia divulgou Fato Relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em 2 de fevereiro de 2023, o Juízo da Recuperação Judicial deferiu o pedido de Tutela de Urgência, mencionado acima.

Em 1 de março de 2023, as Requerentes ajuizaram novo pedido de recuperação judicial em caráter de urgência e no Fato Relevante divulgado em 2 de março de 2023, as Requerentes esclareceram que em função de diversos fatores, incluindo (a) a aproximação da data de encerramento dos efeitos da Tutela de Urgência; (b) as negociações ainda em andamento com os referidos credores financeiros da Companhia e seus assessores; (c) o cenário econômico-financeiro em que se encontram a Companhia e suas Subsidiárias, com dívidas vencidas e o potencial vencimento antecipado e cruzado de contratos financeiros celebrados; e (d)

5.4 Alterações significativas

necessidade de manutenção da proteção legal contra potenciais execuções de credores e outras medidas contra a Companhia e suas subsidiárias, o pedido de Nova Recuperação Judicial demonstrou-se a medida mais adequada para as Requerentes.

Em 16 de março de 2023, o novo pedido de recuperação judicial foi deferido, suspendendo prazos para o cumprimento de obrigações financeiras da Companhia e quaisquer execuções legais contra a empresa por parte de credores. A recuperação judicial tem por objetivo assegurar a continuidade das operações das Empresas Oi. Com base nas informações disponíveis nesta data, a Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial.

Em 21 de abril de 2023, a Companhia celebrou o Financiamento DIP ("DIP AHG Original"), no valor de US\$ 275 milhões com os principais Credores Financeiros, tendo um custo de 14% a.a, sendo 6% PIK e 8% "cash" em Dólares Norte-Americanos com vencimento de 15 meses, contando com a garantia formalizada por meio de alienação fiduciária de ações de emissão da V.tal de titularidade da Companhia. E, no dia 7 de junho de 2023, antes do encerramento do trimestre e após o cumprimento de determinadas condições precedentes pelas Requerentes, a Companhia efetuou o desembolso da primeira "tranche" do DIP AHG Original no valor US\$ 200 milhões, o equivalente a cerca de R\$ 983 milhões na data da internalização dos recursos. Não houve desembolso da segunda "tranche" de US\$ 75 milhões, cujo prazo para emissão terminou em 7 de setembro de 2023.

Em 11 de janeiro de 2024, a Companhia aditou o DIP AHG Original por meio do instrumento "*Amended and Restated Note Purchase Agreement*" ("*Amended and Restated NPA*"), o que, além de termos e condições mais benéficas, trouxe uma liquidez adicional de US\$ 125 milhões. O aditamento prevê custo em Dólares Norte-Americanos de 12,5% a.a., sendo 5,5% a.a. PIK e 7% a.a. "cash", vencimento em 15 de dezembro de 2024, além de garantia formalizada por meio de alienação fiduciária de 95% das ações de emissão da V.tal detidas pelo Grupo Oi no momento do fechamento da operação.

Em 26 de janeiro de 2024, após o cumprimento de determinadas condições precedentes previstas no "*Amended and Restated NPA*", foi desembolsada a terceira "tranche" no valor principal de US\$ 125 milhões, cerca de R\$ 614 milhões na data da internalização dos recursos. Este Financiamento DIP AHG Original, além do Novo Financiamento, no valor total em Reais equivalente a US\$ 650 milhões, contribuirão para que a Companhia atravesse um período de geração de caixa ainda impactado pelos custos da operação legada da concessão do STFC, bem como contribuirá para que a Companhia tenha capacidade financeira para quitar o Financiamento DIP AHG Original, realizar o pagamento de outros créditos da Companhia, bem como para investimentos em suas próprias atividades e/ou de suas afiliadas. Cabe ressaltar que, tão logo o Novo PRJ seja aprovado, o Financiamento DIP AHG Original será pré-pago com os novos recursos do Novo Financiamento.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes

A Companhia esclarece que não existem outras informações que considere relevantes sobre esta seção.